

EXTRA
CLASSE-ORG-BR
ANO 27 | Nº 261 | MARÇO DE 2022

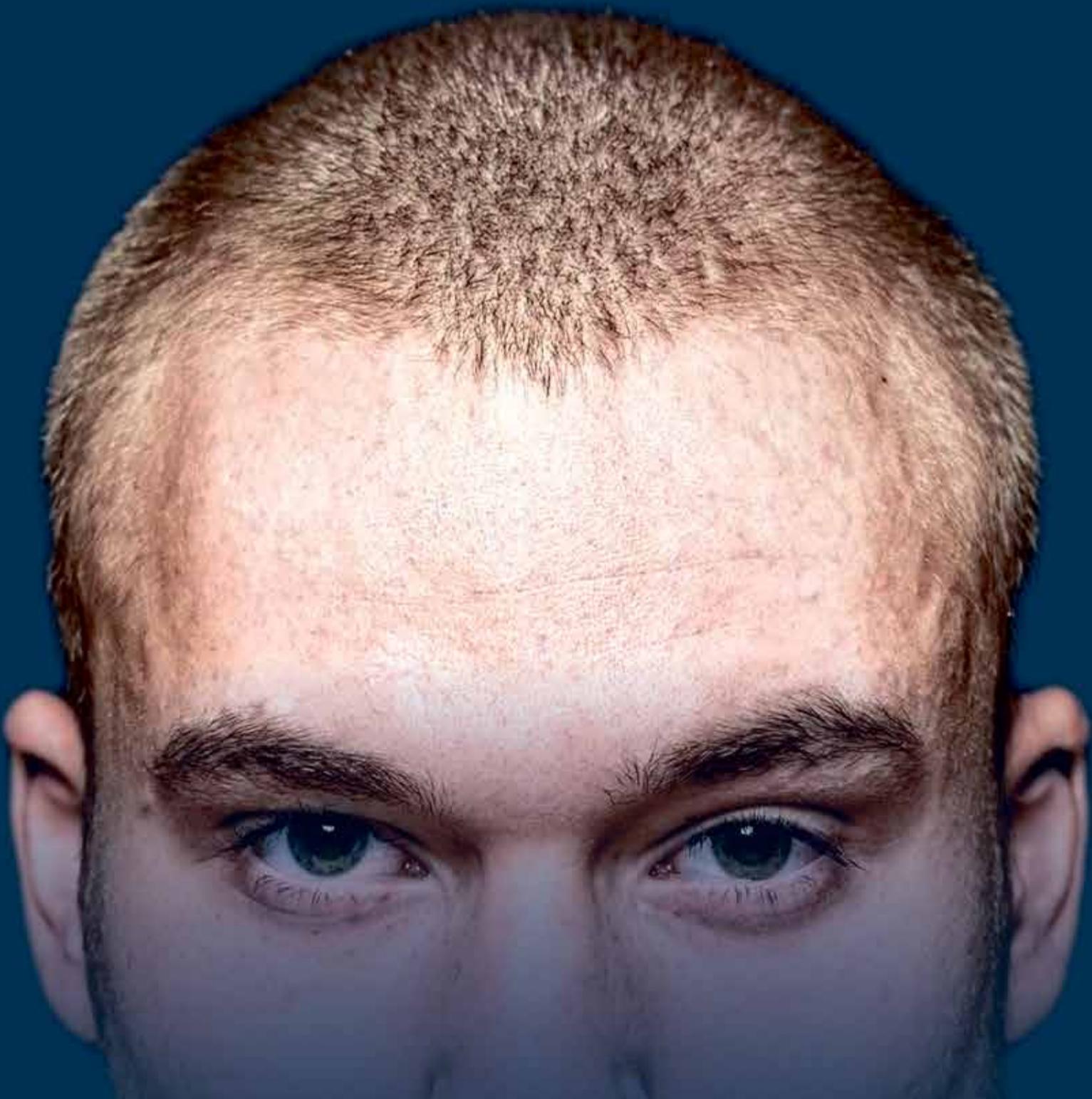
ENTREVISTA

O economista Paulo Kliass defende a retomada da industrialização nacional como questão estratégica

EDUCAÇÃO

Implantação do currículo do Novo Ensino Médio no RS promove fragmentação e incentiva desigualdades

Arte: Fabio Edy Alves sobre foto de Unsplash



Saúde mental à beira do caos

Com a perda de recursos para a saúde, os plantões de emergência estão acima de 200% de lotação, mais de 2 mil pacientes na fila, e espera de até dois anos por uma consulta psiquiátrica em Porto Alegre.

04 ENTREVISTA

O economista Paulo Kliass analisa a desindustrialização e a submissão do país às *commodities*

08 AMBIENTE

Baseado nos créditos de carbono, o prejuízo do desmatamento no Brasil ultrapassa a casa dos US\$ 6 bilhões

11 EDUCAÇÃO

Implantação do Novo Ensino Médio preocupa pesquisadores e mobiliza entidades no RS

14 SAÚDE

Pacientes esperam por até dois anos por consultas psiquiátricas em Porto Alegre

18 WEISSHEIMER

A luta pelo discurso se coloca como cada vez mais atual no país

19 ENSINO PRIVADO

Assembleias abrem campanha de negociação coletiva da educação básica e superior

23 ROLIM

Nova análise do livro *O Averso da Pele*, de Jeferson Tenório, vencedor do Prêmio Jabuti

24 ARTE +

Livro com artigos da pesquisadora Margareth Dalcolmo resgata a voz da ciência durante a pandemia

EDITORIAL

Em tempos de guerra e pandemia, a saúde da mente cada vez mais precária

Em nossa entrevista deste mês, voltamos a tratar da questão da terra e das escolhas feitas pelo Brasil nas últimas décadas. O economista Paulo Kliass é taxativo: "Não basta a gente ter que se contentar em ter perdido indústrias e investir só no agronegócio, na economia primária exportadora ou na área de serviços de baixa qualidade. Temos que continuar o caminho da industrialização, porque ela, a indústria, é que gera produtos de valor agregado cada vez mais concreto". Segundo ele, nossa desindustrialização foi correspondida por um crescimento expressivo do agronegócio, e que isso nos torna cada vez mais dependentes e reféns de uma economia primária exportadora.

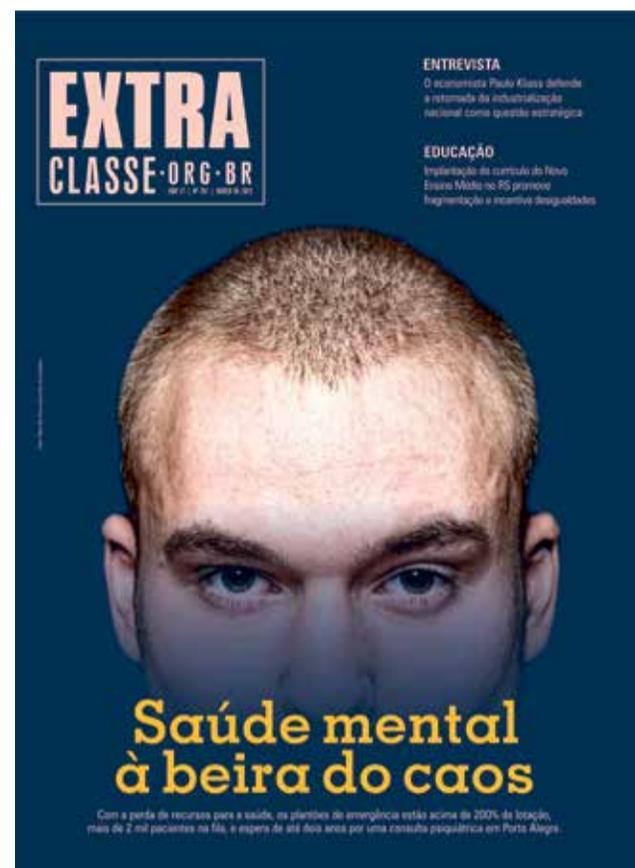
AMBIENTE – Em 21 de março de 2022, completa-se uma década da instituição do Dia Internacional das Florestas, pela ONU. A mudança do Código Florestal se tornou um dos marcos que definem a atual situação do país, que hoje é o líder mundial de desmatamento de florestas.

EDUCAÇÃO – Adaptado por diferentes governos estaduais como uma inovação para que a educação atenda às demandas dos jovens e da sociedade nos dias de hoje, o Novo Ensino Médio preocupa pesquisadores, mobiliza entidades, e sua implantação, na rede pública estadual do RS, já é alvo de movimentações entre deputados para tentar alterar a legislação.

SAÚDE MENTAL – Conforme dados apurados pela reportagem do *Extra Classe*, a situação de caos tomou conta do serviço de saúde mental de Porto Alegre nos últimos anos, com superlotação de emergências, esperas de dois anos para uma consulta e desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no atendimento de populações infantis e jovens. Há postos em que a lotação ultrapassa 241%, e filas de espera com mais 2.700 pacientes. Casos que não são urgentes esperam por consultas por até dois anos.

CULTURA – Esgotado em menos de um mês, nova edição do livro *Um tempo para não esquecer – A visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde* (Editora Bazar do Tempo), da médica Margareth Dalcolmo, pesquisadora da Fiocruz, chega às livrarias. Ela conversou com o *Extra Classe* e falou sobre a obra e sua proximidade com a literatura.

E ainda: Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Rafael Corrêa, Edgar Vasques e Fraga.



EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estágio em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Flávia Bemfica, Flávio Ilha e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio

Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Reivindicações de Rússia e China

No caso do documento apresentado à "comunidade internacional" pela Rússia e pela China, no último dia 7 de fevereiro, as reivindicações específicas e locais dos dois países são bem conhecidas e não têm maior importância neste contexto. É o que avalia Fiori.

A importância do documento vai muito além disso, porque se trata, de fato, de uma verdadeira "carta de princípios" proposta à apreciação de todos os povos do mundo, contendo algumas ideias e conceitos fundamentais para uma "refundação" do sistema internacional criado pelos europeus há quatro séculos.

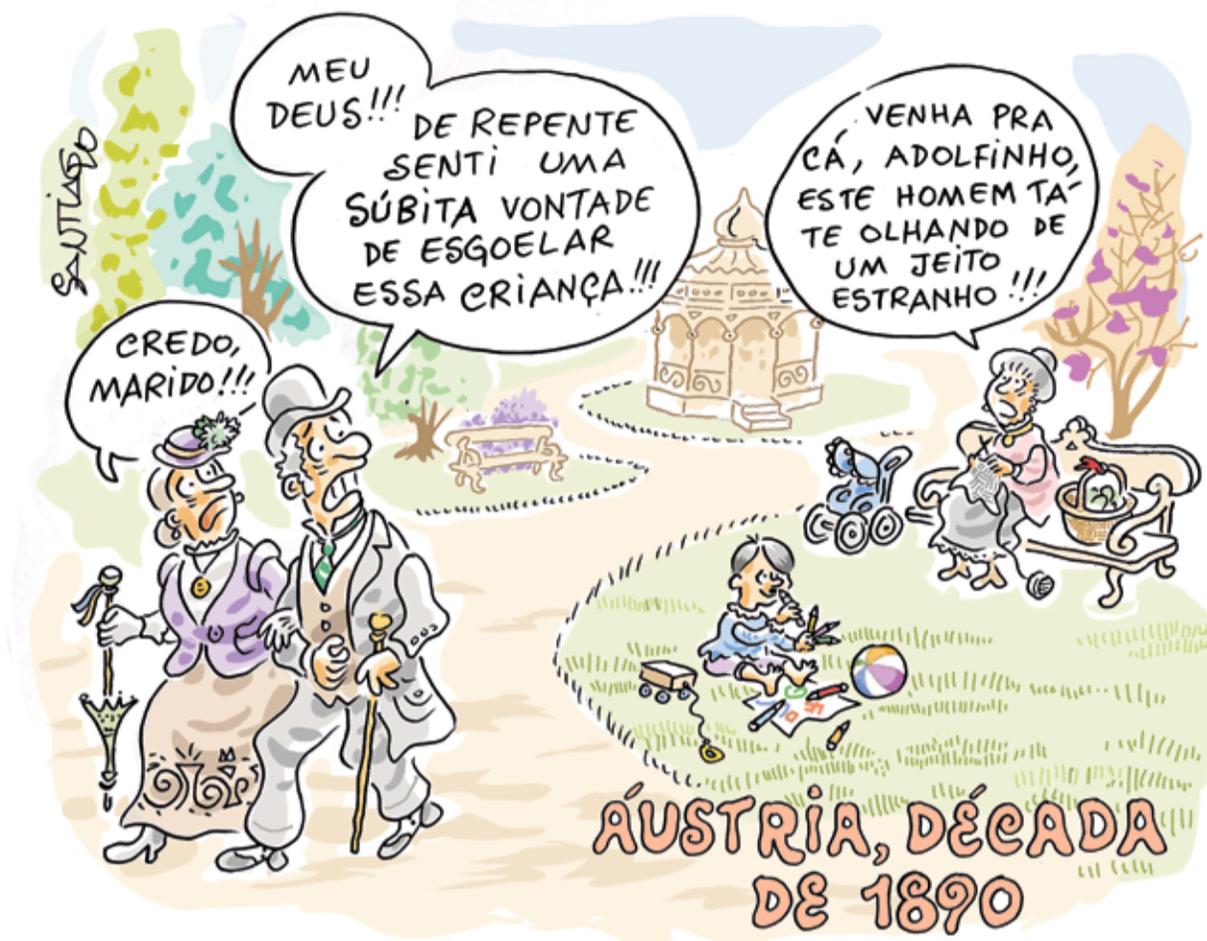
É um documento que requer leitura atenta e uma reflexão séria, sobretudo neste momento de desestruturação do "bloco ocidental" e de divisão e fragilização interna dos próprios Estados Unidos.

Soberania, ambiente, direitos humanos e democracia

O que chama atenção nesse documento é sua defesa de alguns valores muito caros ao "sistema de Westfália", como a defesa intransigente da soberania nacional, e do direito de cada povo decidir seu próprio destino, desde que respeitado o mesmo direito de todos os demais povos.

Também defende algumas das ideias do "liberal-internacionalismo" contemporâneo, como é o exemplo da sua defesa de uma ordem internacional baseada em leis, do seu entusiasmo pela globalização econômica e pelo multilateralismo, por sua defesa da "causa climática" e do desenvolvimento sustentável, e seu apoio irrestrito à cooperação internacional no campo da saúde, da infraestrutura, do desenvolvimento científico e tecnológico, do uso pacífico do espaço e do combate ao terrorismo.

A Fiori, surpreende a originalidade do documento por fazer uma defesa universal e irrestrita de valores como a liberdade, a igualdade, a justiça, os direitos humanos e a democracia.



Não há nações superiores

De acordo com o cientista político e pesquisador José Luis Fiori (UFRJ), em artigo publicado no *Extra Classe*, o ultimato russo à OTAN e o documento Xi Jinping-Putin indicam que o Ocidente está prestes a perder, além da liderança econômica, o papel de guardião da democracia e da própria ordem liberal. Pequim e Moscou desafiam: "Não há nações superiores".

Ele explica que dois acontecimentos sacudiram o cenário mundial neste início de 2022. O primeiro foi o ultimato russo, lançado em meados de dezembro de 2021 e dirigido aos EUA, à OTAN e aos países-membros da União Europeia, exigindo o recuo imediato da OTAN na Ucrânia, e propondo uma revisão completa do "mapa militar" da Europa Central, definido pelos Estados Unidos e seus aliados da Aliança Atlântica após a vitória na Guerra Fria. O segundo foi a "declaração conjunta" da Federação Russa e da República da China, no dia 7 de fevereiro deste ano, propondo uma "refundação" da ordem mundial estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial e aprofundada após a vitória dos EUA e de seus aliados na Guerra do Golfo, em 1991.

No caso do "ultimato russo", conforme Fiori, a questão imediata que está em jogo é a incorporação da Ucrânia pela OTAN, mas o verdadeiro problema de fundo é a exigência russa de revisão das "perdas" que lhe foram impostas após a dissolução da União Soviética. Depois de 1991, a Rússia perdeu 5 milhões de quilômetros quadrados e 140 milhões de habitantes, mas agora se propõe a reduzir essas perdas expandindo sua influência no seu entorno estratégico e afastando a ameaça ao seu território, por parte da OTAN e dos Estados Unidos. Esse *ultimatum* era perfeitamente previsível e veio sendo anunciado há muito tempo, pelo menos desde a "Guerra da Geórgia", em 2008.

"Nas discussões, evidenciaram-se a divisão entre as potências ocidentais e a falta de iniciativa e liderança da parte do governo norte-americano, que se restringiu a repetir a mesma ameaça de sempre, de que impor novas sanções econômicas aos russos caso ocorresse a invasão, que foi reiteradamente negada pelos próprios russos, enquanto a iniciativa diplomática passava quase inteiramente para as mãos dos europeus", escreveu o pesquisador poucos dias antes de estourar o conflito. (Leia o artigo completo no Extraclasse.org.br)



Putin e Xi Jinping emitiram uma carta de princípios às nações

Retomada da industrialização é estratégica para o Brasil



Fotos: Jane de Araújo/ Agência Senado

por Marcelo Menna Barreto

Na conversa que antecedeu esta entrevista, Paulo Kliass foi taxativo: “Não basta a gente ter que se contentar em ter perdido indústrias e investir só no agronegócio, na economia primária exportadora ou na área de serviços de baixa qualidade. Temos que continuar o caminho da industrialização, porque ela, a indústria, é que gera produtos de valor agregado cada vez mais concreto”.

Ao afirmar ser a retomada da industrialização no Brasil uma das principais estratégias para recuperar o que chama de tempo perdido, Kliass – que é doutor e pós-doutor em Economia pelas consagradas *Université Paris 10 (Nanterre)* e *Université Paris 13 (Sorbonne Paris Nord)* – explica que a nossa desindustrialização foi correspondida por um crescimento expressivo do agronegócio, e que isso nos torna cada vez mais dependentes e reféns de uma economia primária exportadora.

Em suas palavras, trata-se de processos que se inserem na nova divisão neocolonial, com nações do terceiro mundo, exportando *commodities* e importando produtos manufaturados. “Essa era a história do Brasil nos séculos 16, 17, 18, que, agora, está se repetindo de uma forma moderna”, diz. Aponta que, assim, o país perde renda para o resto do mundo.

Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP), Kliass passou a integrar, em 1997, a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, vinculada ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual foi extinto pelo presidente Jair Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019

Extra Classe – A partir da visão desenvolvimentista de Getúlio Vargas, o Brasil lançou bases concretas para sua industrialização. Ela atingiu o ápice nas décadas de 1970 e 1980. Desde então, apesar de um ensaio de retomada nos governos Lula, só vem decaindo. Como isso se deu?

Paulo Kliass – A nossa desindustrialização guarda muito a relação com um processo de internacionalização da nossa economia, que começou com uma forma mais acentuada a partir da década de 1990, com o governo Collor. Aquela coisa da abertura desenfreada e irresponsável; uma coisa de ficar elogiando tudo o que vinha de fora, porque o que “vem de fora é necessariamente melhor do que é produzido internamente”. Se deixou de produzir internamente para importar o produzido lá fora. Esse é um pouco o retrato do que foi ocorrendo ao longo das últimas décadas desde então.

EC – Você chamou a abertura econômica de Collor como irresponsável. Por quê?

Kliass – Abriu-se completamente nossa economia para o comércio internacional sem estabelecer nenhuma estratégia do ponto de vista de um projeto de desenvolvimento. Normalmente, quando os países fazem algum tipo de abertura, eles se protegem nos setores estratégicos; eles protegem os setores onde a competitividade não está tão madura a ponto de conseguir encarar uma concorrência internacional. Veja, vai tentar exportar produtos agrícolas que não sejam soja e trigo para a União Europeia. Não consegue! Por quê? Os países europeus protegem os seus agricultores. Vai tentar exportar produtos agrícolas que não sejam essas *commodities* para setores sensíveis e estratégicos nos Estados Unidos. Não consegue. Porque o Estado norte-americano também protege os seus agricultores. No caso do Brasil, é exatamente o oposto. Essa loucura de incorporar a ideologia neoliberal faz com que as próprias elites brasileiras trabalhem de uma certa maneira contra os interesses nacionais e, no limite, contra seus próprios interesses.

EC – Como o país incorporou esta ideologia neoliberal?

Kliass – A gente também precisa pensar do ponto de vista do contexto histórico. Essas últimas três décadas a que a gente se refere, a partir da década de 1980, 1990 em especial, foram décadas em que, no mundo capitalista e no Brasil em particular, houve uma hegemonia do chamado paradigma neoliberal. Ele significava, entre outras coisas, além de privatizações, a busca do Estado Mínimo. A ideia de que qualquer política pública, qualquer política econômica, qualquer política industrial era sinônimo de palavrão. Tudo o que pudesse dar uma ideia de algum grau de presença do Estado, seja na produção ou na regulamentação apenas da economia, era malvista. Por exemplo, política industrial: vamos estimular setores da indústria que o Brasil possa eventualmente ser um parceiro importante no futuro. Isso não se fez. Ficou tudo deixado ao Deus-dará, as chamadas forças livres de mercado, onde o capital privado tem por interesse o curto prazo e o lucro máximo. Assim, qualquer projeto de país se perde. Foi exatamente o que aconteceu no Brasil.

EC – O resultado concreto?

Kliass – A gente foi perdendo capacidade internacional e foi perdendo capacidade nacional. Isso significou o sucateamento da indústria brasileira. A gente não apenas não se modernizou para alcançar o que se fazia na vanguarda da economia global; a gente retroagiu no parque industrial antigo. Muito se fala sobre a saída da Ford. É impactante, é negativo, são empregos, mas vamos lembrar que a indústria automobilística é uma coisa do passado; não é uma coisa do futuro. Ou seja, mesmo a coisa do passado, a gente está perdendo. O Brasil voltou na história! Ele retrocedeu para ser uma economia primária exportadora. O país se especializou, com base na importância do agronegócio, em ser exportador de soja, de trigo, de cana de açúcar, de carnes. Isso é um círculo que se perpetua. Tem que se ter um momento em que se rompa com isso e diga: não, tudo bem, o agrone-

gócio é importante, gera divisas porque exporta, mas ele não pode ser o foco da nossa atividade.

EC – Por quê?

Kliass – Por duas razões. Primeiro, como a gente no economês diz, ter preocupação com o processo de agregação de valor, que vem através da indústria. O outro aspecto relevante é que o campo deve ser primordialmente voltado para produzir alimento para a população brasileira. Essa é a prioridade. A gente vive uma contradição. Somos um país onde cada vez mais gente está passando fome, que não consegue atender às necessidades mínimas de sobrevivência, ao mesmo tempo que se especializa em ter vastas superfícies do seu território destinado à exportação de *commodities* para o resto do mundo. A gente produz soja para engordar o gado, o rebanho de fora do Brasil. Isso é uma loucura.

EC – O Brasil se tornou escravo do agronegócio?

Kliass – Lógico! Bem, não é que o Brasil se tornou escravo; eu diria que o Brasil ficou dependente do agronegócio. Mas em um modelo que tem uma racionalidade e uma intenção política por trás. A gente está em algumas décadas no que eu chamo de desenho neocolonial da divisão internacional do trabalho. Assim como tinha a divisão internacional do trabalho quando o Brasil era colônia, no Império, ou logo nos primeiros anos da República em que a gente exportava produtos de origem agrícola, primeiro a cana de açúcar, depois o café. Agora, a gente está retroagindo. Em vez de esquecer esse período e utilizar a atividade agrícola como suporte, ela passou a ser o centro da nossa economia. Veja que não somos um país pequeno. Somos um país de dimensão continental, com biomas diversos, com uma população expressiva e que tem todas as condições de ser autônomo em seu projeto de desenvolvimento. Mas, não! Abrimos mão disso para ficarmos, como você disse, escravos e eu, dependente, do agronegócio.

EC – Além desse pensamento neoliberal que você disse ter con-

tribuído para a ausência de políticas públicas que dessem amparo à nossa indústria, o que mais contribuiu para a decadência do setor?

Kliass – Outro elemento, que é localizado, é a política cambial. Esse período que estamos falando foi marcado por processos de valorização da moeda brasileira. A política do tripé macroeconômico fez com que a taxa de juros interna, a Selic, fosse muito elevada ao longo dessas três décadas. O Brasil se tornou o paraíso da especulação financeira internacional para atrair recursos. Só que não foram recursos produtivos. Foram recursos para o mercado financeiro. Isso fez com que o Real, deixado à livre força do mercado, ficasse muito valorizado. Real valorizado significa o quê? Baixa capacidade de concorrência com os preços internacionais. Para exportar, por um lado, e facilidade para importar, por outro. Era uma importação indiscriminada. Principalmente para produtos de origem asiática, especialmente chineses.

EC – A industrialização do país não poderia ser de interesse do próprio agronegócio, ou há uma disputa aí de recursos públicos?

Kliass – Essa é uma boa pergunta. Se você pensar, abstraindo a realidade concreta das forças políticas e das forças econômicas, deveria obviamente interessar. Qualquer setor das classes dominantes brasileiras deveria ter em conta que, para vender, para fazer negócios, é preciso ter um país com renda interna para consumir. Isso é o óbvio. Deveria ter apoio a processos de redistribuição de renda, apoio à redução da miséria, à redução da pobreza. Isso significa programas públicos. Deveria, sim, ter apoio também a projetos em que se tivessem outros setores operando para criar condições no Brasil de um ciclo de crescimento virtuoso. Como você falou, políticas de subsídios. Mas o que acontece? O agronegócio, não apenas ele, setores das elites econômicas em geral acabam pensando de uma forma mesquinha, no curto prazo e no seu próprio interesse. Então, “eu, agronegócio, quero todas as vantagens do Estado para a minha atividade e eu boicoto a presen-

ENTREVISTA

ça do Estado, do orçamento, para auxiliar outros setores da economia". O que tem, como agravante nesse caso, é que o agronegócio, exatamente por estar só pensando na exportação, acaba pouco ligado para a realidade interna. De como estão as condições de vida e de consumo da população brasileira. Isso também, ao médio e longo prazo, é um tiro no pé.

EC – Um exemplo...

Kliass – Dá para ficar no próprio campo. A agricultura familiar, por exemplo, que produz mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa do povo brasileiro. A agricultura familiar precisa ser muito apoiada, ao contrário do que o governo tem feito ao longo dos últimos anos. Essa falta de um pensamento mais estruturado acaba fazendo do Brasil uma república das bananas, com todas as consequências graves do ponto de vista social e político. Se quisermos ser um país do futuro, mais civilizado, com menos desigualdades, com menos concentração de renda, a gente tem que abraçar um projeto que seja de integração do conjunto dos setores que hoje estão marginalizados.

EC – O Brasil adotou uma estratégia de reduzir o refino de petróleo cru internamente e importar derivados, como gasolina e óleo diesel. Qual é a lógica, sendo o Brasil um país autossuficiente de petróleo?

Kliass – Se tem uma lógica, é

uma lógica irracional. Mas esse exemplo é muito cristalino para a gente entender como acontece, na prática, o processo de desindustrialização. O Brasil atingiu em 2006 a autossuficiência de petróleo porque vinha em uma crescente descoberta de novas reservas e vinha em uma crescente capacidade instalada de refino da Petrobras, por suas várias refinarias espalhadas pelo país. O que estava acontecendo era o que qualquer projeto racional de país pudesse desejar. Energia é fundamental e a gente conseguiu explorar petróleo e produzir seus derivados.

EC – Aquela história de agregar valor ao produto *in natura*?

Kliass – Sim. Ninguém quer petróleo, a gente quer petróleo transformado em gasolina, óleo diesel. O governo, já na época do Michel Temer, inverteu a lógica. Pegaram um discurso oportunista baseado nos escândalos da Lava Jato, com a Petrobras na berlinda, sendo acusada, e promoveram uma verdadeira destruição da capacidade industrial do nosso complexo petrolífero. Adotaram, de novo, uma regra de livre mercado que é suicida, que é antinacional; um crime de *lesa pátria*. Se reduz a capacidade de refino, que é onde tem a geração de valor agregado, e passa a importar os produtos refinados do exterior. Transfere renda para o exterior e se especializa em exportar óleo bruto. Uma loucura! O Brasil teria todas as condições de fazer

a transformação do seu petróleo aqui dentro e garantir combustíveis de alta qualidade e mais em conta, se não fosse esse discurso anti-Estado que eu chamo de liberaloide porque nem liberal é.

EC – Então, poderíamos dizer que o que foi feito nos últimos anos seria uma espécie de síntese didática da nossa desindustrialização?

Kliass – Olha que ainda são indústrias do atraso, do passado, porque daqui a 30 anos, isso daí vai estar meio que sucateado. Já estamos na Indústria 4.0. Já se fala da 5.0. Mas ela ainda é importante hoje. Qualquer país capitalista do mundo sabe que sua área petrolífera é estratégica e a protege. Felizmente, como a Petrobras não foi privatizada, apesar de eles estarem tentando vender umas refinarias, a capacidade instalada ainda está preparada para uma retomada. Nesse caso, basta vontade política para reverter. É assim: "Olha, acabou. A política de preços da Petrobras vai mudar. A gente tem condições de estabelecer preço aqui dentro". Temos que retomar a capacidade de refino, é óbvio. Isso significa, de alguma maneira, dar norte de reindustrialização.

EC – Como partir da desindustrialização ao resgate da indústria nacional?

Kliass – Se criam estímulos de demanda interna em um setor que é bastante importante para toda

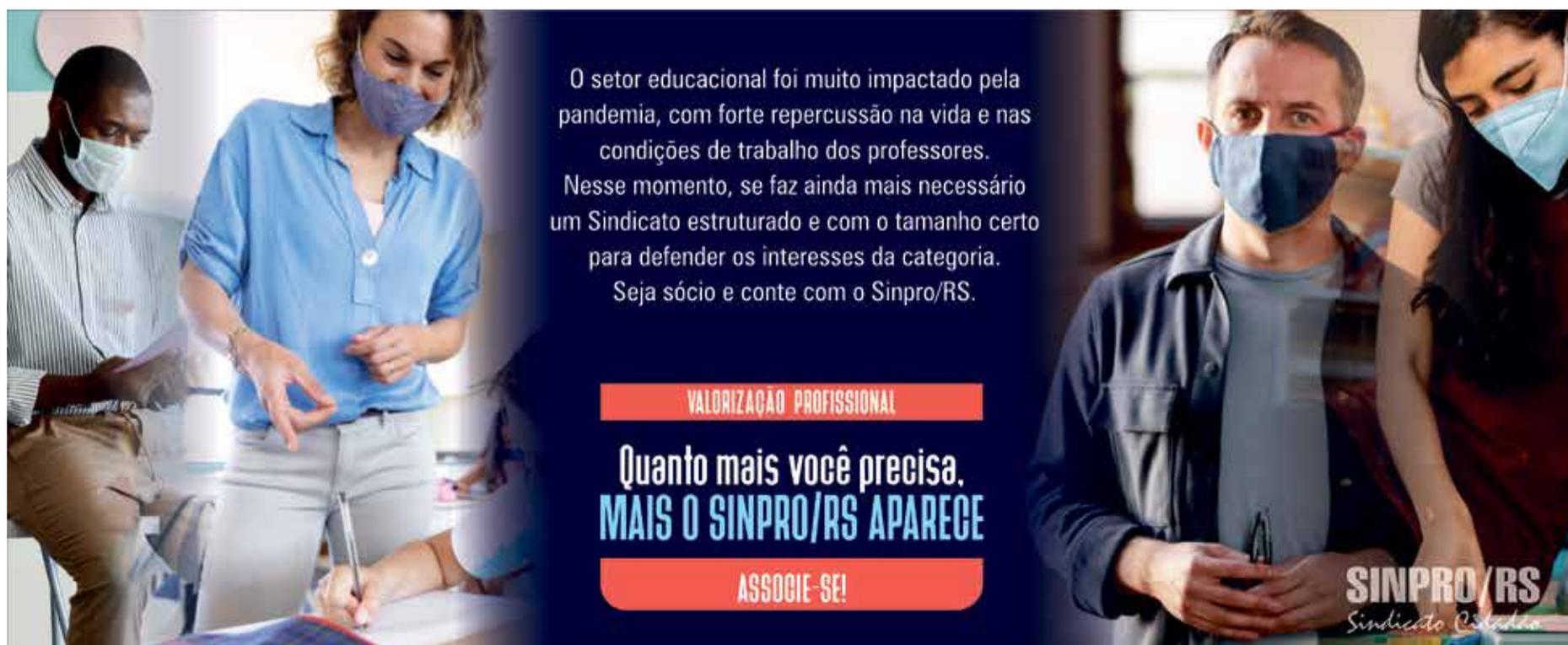
"Essa loucura de incorporar a ideologia neoliberal faz com que as próprias elites brasileiras trabalhem, de uma certa maneira, contra os interesses nacionais e, no limite, contra seus próprios interesses."

uma cadeia de geração de valor. A Petrobras, por exemplo, tem condições de estabelecer uma política de compras. Eles (*governo federal*) acabaram também. O chamado conteúdo nacional. Se for fazer uma nova plataforma, então deve-se exigir que 90% dos componentes sejam produzidos no Brasil.

EC – Isso, de certa forma, foi feito nos governos do Lula?

Kliass – Exatamente. Além das plataformas, toda a indústria naval que estava envolvida. Seja por um lado ou por outro, você importa e exporta por frota naval. O Brasil tinha todas as condições nos seus estaleiros de criar uma demanda a partir de um estímulo de compras governamentais. E isso foi também totalmente colocado como uma coisa a ser evitada. Agora, se o Brasil perdeu essa capacidade por causa de decisões políticas, tem toda a capacidade de recuperar também.

Leia na íntegra:
www.extraclasse.org.br



O setor educacional foi muito impactado pela pandemia, com forte repercussão na vida e nas condições de trabalho dos professores. Nesse momento, se faz ainda mais necessário um Sindicato estruturado e com o tamanho certo para defender os interesses da categoria. Seja sócio e conte com o Sinpro/RS.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Quanto mais você precisa,
MAIS O SINPRO/RS APARECE

ASSOCIE-SE!

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

Como construir o Projeto de Vida com 12,3 milhões de jovens sem escola e sem trabalho?

Em artigo, Gabriel Grabowski provoca alguns questionamentos sobre o descolamento do Novo Ensino Médio e do Projeto de Vida da realidade dos jovens no Brasil. Ele destaca que se considerarmos que a reforma do "novo ensino médio" instituiu o Projeto de Vida como novo componente obrigatório em todas escolas de ensino médio, algumas perguntas se fazem necessárias: é possível esses jovens sem escola e sem trabalho estruturarem um Projeto de Vida no Brasil atual? A reforma não está criando uma falsa ideia de que, se fizerem tudo certo, se planejarem sua vida, se conseguirem fazer tudo o que os reformistas e a escola orientarem, eles vão prosperar e ter sucesso? No mundo real do trabalho e do mercado é simples assim?



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

EDUCAÇÃO

Reforma do Instituto de Educação privilegia museu e deixa pouco espaço para estudantes e professores

Inconformada com a falta de diálogo com o governo do estado, no dia 9 de fevereiro, a comunidade escolar do Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE) realizou uma coletiva de imprensa para usar o seu "local de fala" para fazer uma denúncia.

Na expressão, utilizada pela presidente do Conselho Escolar do IE, Ceniriani Vargas, cabe espaço para um grande paradoxo: comemorar o reinício das obras de restauro do tradicional prédio que é sede da instituição e refutar a ideia apresentada pelo governador Eduardo Leite (PSDB) de fazer coabitar com a escola o que chama de *Museu Escola do Amanhã* e um centro tecnológico de formação de professores.

Não haverá espaço, foi a denúncia. A implantação de museu e centro tecnológico no IE deixará apenas 800 metros para alunos e professores.



Foto: Rodrigo Waschburger

10 artigos para ler on-line e discutir em aula

1. **A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China** – Por José Luis Fiori
2. **A educação em 2022: redução de recursos e apagão de dados** – Por Gabriel Grabowski
3. **Cultura no Brasil atual: arte e mimese em uma sociedade trans-tornada** – Por Francisco Marshall
4. **Escolha seu lado na guerra** – Por Moisés Mendes
5. **Sobre a desumanização dos nossos corpos** – Por Rudson Adriano Rossato da Luz
6. **O extermínio dos indefesos e a reconstrução do Brasil** – Por Marcelo Pereira dos Santos
7. **A corrupção da noção de liberdade** – Por Plínio Melgaré
8. **Poder e desenvolvimento: os ponteiros do mundo** – Por José Luis Fiori e William Nozaki
9. **Educação a Distância e seu ABCD** – Por Marcos Kammer
10. **Não é sequer inteligente sucatear órgão tão essencial como o INSS** – Por Maria Lucia Fattorelli

PLANEJAR HOJE PARA GARANTIR O AMANHÃ. VOCÊ VEM CONOSCO?

Planejar a sua aposentadoria com quem entende pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso nessa jornada.

Conhecer a sua situação previdenciária e entender as regras vigentes pode garantir uma aposentadoria e benefícios justos no futuro para você e sua família.

CAINELLI
ADVOGADOS

**AO SEU LADO,
POR SEUS
DIREITOS.**

Consulta Previdenciária
Encontros presenciais ou online para esclarecer todas as suas dúvidas.

Planejamento Previdenciário
Realize seu cálculo previdenciário e avalie as melhores opções com as orientações de um profissional.

Ações Judiciais
Atuação no ajuizamento de concessão, manutenção e revisões de benefícios.

Encaminhamentos
Encaminhamento do pedido ao INSS, eliminando riscos da burocracia.

Revisões
Avaliação de benefícios já concedidos com o objetivo de aumento nos valores.

AGENDE SUA CONSULTA GRATUITA* AGORA!

PORTO ALEGRE/RS
Av. Getúlio Vargas, 1157/1412 - Menino Deus
(51) 3237.2791 (51) 98080.3579

BENTO GONÇALVES/RS
Rua General Osório, 248 - Centro
(54) 3452.1906 (54) 99150.2890

*Para professores representados pelo SINPRO/RS



Um desmatamento de mais de 6 bilhões de dólares

por Marcelo Menna Barreto

Em 21 de março de 2022, completa-se uma década da instituição do Dia Internacional das Florestas, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dois meses depois daquela data, em 25 de maio de 2012, a então presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou o Novo Código Florestal brasileiro. Sob o nome oficial de Lei de Proteção da Vegetação Nativa, a Lei Federal 12.651/12, articulada pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e depois aprovada pelo Congresso Nacional, acabou se tornando um verdadeiro “paradoxo”, conforme a opinião de ambientalistas. A mudança do código florestal é um dos marcos que definem a atual situação do país, que hoje é o líder mundial de desmatamento de florestas. É o que afirma Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o Imazon

Até então, o Brasil tinha o código florestal, instituído em setembro de 1965 (Lei 4.771/65). Ele, ao lado de outros regramentos, possibilitou, segundo Barreto, que uma série de políticas bem-sucedidas entre os anos de 2004 e 2012 fizesse do país “um sucesso estrondoso” na contribui-

ção para reduzir os gases de efeito estufa no mundo.

Obteve-se 83% de queda no desmatamento só no caso da Amazônia Legal brasileira, que, se fosse um país, seria o sexto maior entre todos os continentes em extensão territorial.

Representando 67% das flores-

tas tropicais do mundo, com um terço das árvores do planeta em seu solo, foi esse feito que transcorreu durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e até metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, que consolidou o país como importante expoente nas discussões climáticas realizadas mundo afora.

“Mais do que isso, trouxe os governos da Alemanha e da Noruega como principais financiadores do Fundo Amazônia, criado em 2008 pelo decreto presidencial 6527”, diz André Albuquerque, doutor em Economia do Meio Ambiente e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Novo Código gerou desmate de 1 milhão de hectares em meia década

André Albuquerque é o principal autor de um artigo publicado em agosto passado no *International Economics*, da Sociedade Internacional de Economia Ecológica, com sede na Holanda.

O texto *Environmental regulation and bail outs under weak state capacity: Deforestation in the Brazilian Amazon* (em tradução livre, Regulação ambiental e resgates sob fraca capacidade estatal: Desmatamento na Amazônia Brasileira) está disponível somente em inglês. É uma análise que denuncia os efeitos de uma faceta considerada “oportunista” pelo pesquisador.

“Se refere à anistia dada aos que se comportaram mal antes, promovendo desmates ilegais, sinalizando para um setor que já é bastante acostumado a pedir anistias de financiamentos agrícolas, que é muito organizado no Congresso, compreender que pode continuar se comportando mal que, num futuro, poderá pedir uma nova anistia”, prevê. Ele faz uma alusão ao setor do agronegócio, o qual financia a

Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no Parlamento.

“Ao fornecer uma fiança aos proprietários de terras com desmatamento ilegal, o Novo Código Florestal criou incentivos para que proprietários que eram cumpridores da lei também se aventurassem em atividades de desmatamento, na perspectiva de receberem futuras anistias”, ainda acrescenta.

Para se ter uma ideia do tamanho do estrago, o estudo mostra que de 2012 (ano da aprovação do Novo Código) até 2017, em apenas cinco anos, as propriedades rurais particulares investigadas apresentaram uma perda acumulada de quase um milhão de hectares de floresta (976 mil hectares).

Monetariamente, isso equivale a uma perda de estimados US\$ 2,4 bilhões, quando são consideradas somente as emissões de carbono, afirma Albuquerque. “Com parâmetros conservadores para o preço do carbono, de US\$ 5 por tonelada de CO₂”, enfatiza.

Foto: Wilson Dias/ABR



Presidente Dilma e a então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira

A estimativa de perdas em carbono, de acordo com especialistas, valoradas a um preço de carbono aos mesmos US\$ 5/tonelada de CO₂, estaria por volta de US\$ 3,8 bilhões cinco anos seguintes (2017-2021), o que totalizaria US\$ 6,2 bilhões ao longo de uma década. Só entre 2019 e 2021, já no governo Jair Bolsonaro, o prejuízo estimado é de US\$ 3 bilhões. Esses dois anos representam metade das perdas de toda uma década de desmatamentos em termos de emissões de carbono.

Desde 2004, com o Protocolo de Quioto, a redução da emissão de dióxido de carbono (CO₂) pas-

sou a ter valor econômico. A ideia central é fazer com que países reduzam ou limitem as emissões. Como uma espécie de prêmio ou compensação, conforme a ótica, o que deixou de ser jogado para a atmosfera gera os chamados créditos de carbono.

Eles podem ser negociados no mercado internacional. Outros gases que, de forma equivalente, são geradores do efeito estufa, também podem ser convertidos em créditos de carbono através do conceito de carbono equivalente. É o caso do gás metano, 21 vezes maior do que o potencial do CO₂.

Código incentiva o risco moral

Albuquerque entende que o Novo Código Florestal brasileiro faz surgir “um comportamento conhecido na literatura econômica como risco moral”. Esse risco, explica, diz respeito a uma situação em que um indivíduo, ao ver diminuídos os perigos de uma perda ou de uma penalização, “acaba optando por uma posição mais arriscada, que provavelmente não tomaria antes”. Alguns exemplos são bem intuitivos: “É como um motorista que toma menos cuidado com seu veículo depois de contratar um seguro”.

No final das contas, a Lei 12.651/2012, destacam Albuquer-

que e Barreto, estabeleceu dois regimes legais distintos. “A grosso modo, de um lado, aqueles que cumpriam a lei até 2008 devem continuar a cumpri-la”, diz Albuquerque. Já para os que não cumpriam a legislação até 22 de julho de 2008, completa Barreto, o Novo Código acabou prevendo anistias e condições especiais para regularizar sua situação.

Agravando o problema, diante de uma série de revisões promovidas no próprio Congresso, ainda não existe um prazo previsto para que essas regularizações sejam concluídas.

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR



Boiada: conforme o Inpe, depois da alta de 34% no desmatamento no primeiro ano de governo Bolsonaro (2019), ainda subiu mais 21,97% em 2021

Foram longe demais fazendo a lei pegar

Os pesquisadores Paulo Barreto e André Albuquerque apontam que o retrocesso começa quando o governo federal, na ótica da bancada ruralista, “teria ido longe demais na política ambiental”.

Foi a partir da regulamentação da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), através do Decreto 6.514/2008, que o ex-senador Blairo Maggi (PP/MT) reconhece no documentário *Lei da Água - Novo Código Florestal* que o Congresso Nacional retomou um Projeto de Lei de 1999 para mudar a legislação que rege o uso da terra no país, o Código Florestal.

O decreto que regulamentou

uma lei dez anos após sua aprovação previa multas para desmatamento em Reserva Legal, no valor de R\$ 5 mil por hectare. Não é à toa que, em 2005, Maggi, então governador do Mato Grosso, foi contemplado com o antiprêmio Motosserra de Ouro, criado pela Greenpeace “por sua relevante contribuição ao desmatamento e à destruição da Floresta Amazônica”.

Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff – com ampla adesão e articulação da FPA –, Maggi foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Michel Temer (MDB/SP), de

12 de maio de 2016 a 1º de janeiro de 2019.

Barreto lamenta: “No caso brasileiro, a maior emissão de gases que causam aquecimento global é referente à mudança de uso de solo, sendo que o desmatamento é o principal fator. Lula mostrou que podia fazer a lei pegar”.

A reação, entende ele, foi a perda de controle da presidente Dilma, que conseguiu somente fazer pequenas alterações. “Os presidentes anteriores foram mais hábeis, ela perdeu o controle. O Congresso já tinha tentado emplacar essa anistia antes, mas o FHC não deixou e o Lula não deixou. Este é

um tipo de assunto que, quando está começando no Congresso, se o Executivo se importa com o tema, ele neutraliza. Se você deixa o negócio crescer, vira o que virou. Junto as duas coisas ali. Quando a presidente se deu conta, não conseguiu mais controlar”, explica.

Para Albuquerque, a ressuscitação de um PL que já havia sido rejeitado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no entanto, mostra que o desgaste da presidente Dilma, que culminou no seu impeachment, já havia começado.

Desastre anunciado que acabou acontecendo

O certo é que, recorda Barreto, “toda a comunidade científica brasileira dizia que ia ser um desastre. E foi um desastre”. Na ocasião dos debates sobre a revisão do Código Florestal, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) publicaram um documento em conjunto, alertando para o aumento do desmatamento.

Ninguém imaginava que o desastre poderia ser maior ainda do que se pensava, com a eleição de um presidente que dá “sinais claros e inequívocos de que o país não deve sequer ter uma política ambiental”, reflete Albuquerque.

Para o pesquisador, esse é o terceiro ponto que chama de inflexão nas políticas relativas ao desmatamento na Amazônia.

Se a primeira mudança passou a ocorrer com o lançamento do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), em 2004, a segunda foi a reação da bancada ruralista que se insurgiu à saída de uma “situação em que a lei era para inglês ver para a promoção do império da lei”, compara Albuquerque.

Os números são claros. O desmatamento na Amazônia Legal caiu de 27,8 mil quilômetros quadrados

(km²) em 2004 para 7,5 mil km², em 2009, registra Albuquerque.

Já no primeiro ano do governo Bolsonaro, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o crescimento do desmate na Amazônia brasileira cresceu 34% em relação a 2018. Foram 10.129 km² de árvores abatidas, ante 7.536 km².

Com a mesma metodologia, verificada pelos satélites do Inpe, a área desmatada entre o período de 1º de agosto de 2019 e 31 de julho de 2020 foi de 10.851 km². Esse número cresceu mais 21,97% de 1º de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021: 13.235 km².

Albuquerque entende que Bolsonaro sinaliza de forma explícita o seu descontentamento com o aparato ambiental brasileiro. São fortes declarações contrárias, o “afrouxamento de políticas de comando e controle e de desmonte das instituições ambientais”.

Assim, diagnostica o pesquisador, o governo atual cria um ambiente de incentivo ao desmatamento sem precedentes na história recente. “Nesse contexto, é razoável admitir um recrudescimento nas taxas de desmatamento, com possíveis consequências irreversíveis para a maior floresta tropical do mundo”, conclui.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.

Unimed | CCG Saúde | UNIODONTO

Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar

Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

www.sinprors.org.br

sinprosaúde



Fragmentação do ensino médio incentiva desigualdades

por Flávia Bemfica

Apresentado por diferentes governos como uma inovação para que a educação atenda às demandas dos jovens e da sociedade nos dias atuais, o Novo Ensino Médio preocupa pesquisadores, mobiliza entidades, e sua implantação, na rede pública estadual do RS, já é alvo de movimentações entre deputados para tentar alterar a legislação. O que inflama os debates são justamente os dois eixos centrais da reforma: as mudanças na carga horária e na organização curricular e os riscos de descontrole e fragmentação que embutem

Os defensores da reforma admitem que as mudanças estão ancoradas em alterações significativas, mas defendem que ela possibilita a diversificação das experiências escolares e a viabilização de uma 'formação integral, humanista e profissional'.

Em documentos, palestras e entrevistas, a reforma está sempre atrelada a expressões como dinamismo, transversalidade, aproximação com as demandas do mercado de trabalho e conexão das juventudes com o mundo contemporâneo.

No RS, os termos são uma constante tanto nas manifestações da Secretaria Estadual da Educação

EDUCAÇÃO

(Seduc) como no Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM), o documento técnico-normativo que rege a implantação da reforma no Estado em conformidade com a lei federal, e que foi elaborado pela secretaria em colaboração com a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e o Sindicato do Ensino Privado no RS (Sinepe).

Pesquisadores e observadores que se dedicam a estudar as características desta etapa da educação regular e as alterações em andamento asseguram, contudo, que, na prática, a reforma irá resultar em um aumento ainda maior da desigualdade entre a população. Isto porque ela rom-

pe com a concepção de educação básica anteriormente prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma vez que a formação básica deixa de ser a mesma para todos os estudantes; testa limites da organização curricular, fornecendo autonomia às redes de ensino em relação aos itinerários formativos (os conjuntos de disciplinas e projetos flexíveis, por área do conhecimento, que não as tradicionais existentes até então), e abre a porta para a participação direta de empresas e organizações na instrução dos estudantes, levadas adiante por meio de parcerias com os governos.

"A organização ficou tão descentralizada que o ensino médio

passa a ser extremamente fragmentado, o que, de modo geral, resulta em uma formação fragilizada na rede pública, principalmente em relação ao que as escolas particulares poderão oferecer, mas, também, em relação a escolas da mesma rede que tenham maior estrutura. Esta diferença, que já pode ser percebida, amplia a desigualdade na oferta, e, por consequência, entre os jovens, com todos os desdobramentos que essa condição implica", explica a coordenadora do Grupo de Estudos de Políticas Públicas para o Ensino Médio (Geppem) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação da Ufrgs, professora Patrícia Marchand.



Patrícia Marchand, professora e pesquisadora

Encolhimento da Educação Física

A pressão exercida por parte de entidades, pesquisadores e agentes políticos sobre representantes governamentais e o domínio sobre a complexidade da mudança, no entanto, até agora não alcançaram, de forma mais abrangente, estudantes, pais e responsáveis. No estado, o que ganhou maior visibilidade foi a redução drástica da carga horária da disciplina de Educação Física. Antes, ela tinha cinco períodos obrigatórios (dois por semana no 1º ano, dois no 2º e um no 3º). No Novo Ensino Médio, tem só um (no 1º ano). Nos outros dois anos, sua prática dependerá do itinerá-

rio formativo seguido pelo aluno.

Em fevereiro deste ano, 20 entidades divulgaram a "Carta Aberta em Defesa da Educação Física no RS: um alerta à sociedade gaúcha sobre a Portaria 350". Além de expor a nova realidade do ensino médio, o documento aponta a portaria da Seduc, datada do ano passado, que reduz a carga horária da disciplina também no Ensino Fundamental. A mobilização foi parar no Legislativo estadual, que instalou uma Frente Parlamentar em Defesa da Educação Física Escolar, presidida pela deputada Juliana Brizola (PDT).

"Sabemos que uma Frente

Parlamentar tem um papel muito simbólico, mas queremos, com a iniciativa, dar luz ao debate e abrir uma porta de diálogo com o governo. A grande pergunta é: qual estudo o governo fez, ou em quais estudos embasou esta redução?", questiona a deputada. Conforme Juliana, nesta fase, a Frente está pesquisando qual a melhor forma de, juridicamente, garantir uma oferta adequada da disciplina. "Uma das possibilidades é a de uma emenda à Constituição, como já precisamos fazer no passado com a Língua Espanhola", adianta.

O encolhimento da Educação

Física no currículo é o que mais tem chamado atenção, mas o representante do Sinpro/RS no Conselho Estadual de Educação (CEEEd/RS), Sani Cardon, lembra que a redução atinge praticamente todas as disciplinas do chamado currículo básico. "Os regramentos adotados pelo governo estadual estão de acordo com a legislação federal. O problema é que são danosos aos estudantes. É fato que o Conselho homologou o RCGEM, para não ferir a legislação. Mas também é fato que fez uma recomendação para que as disciplinas estivessem presentes nos três anos, e foi ignorado", ressalta.

Artes, Filosofia, Sociologia também perderam espaço

Na rede estadual, além de Educação Física, as disciplinas de Artes, Filosofia, Sociologia e Língua Espanhola também terão um período apenas, em um dos três anos. Antes eram três. Estudantes ainda podem optar por, em vez

de Língua Espanhola, cursar um período extra de Língua Inglesa. Literatura deixa de ter um período em cada um dos anos e passa para dois no 1º ano.

Biologia, Física e Química, que antes ocupavam dois períodos em

cada um dos anos, deixam de ser ministradas no 3º ano. Inclusive Língua Portuguesa e Matemática, que permaneceram obrigatórias nos três anos, tiveram uma redução em relação ao formato anterior. "Levando-se em conta os três

anos, serão 11 períodos de cada uma. Antes, eram 16 de Matemática e 15 de Língua Portuguesa", contabiliza a professora Marchand. Além das duas disciplinas, somente Língua Inglesa consta no novo currículo nos três anos.



DEDUÇÃO DE 12% NO IR

Quem tem plano de previdência privada sabe o quanto é vantajoso aproveitar o benefício fiscal.

www.familiaprevidencia.com.br



INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

No máximo, um ou dois itinerários

Segundo Marchand, com a diminuição dos períodos das disciplinas tradicionais, a única forma de aprofundar os componentes da educação básica será em itinerários específicos. E, por isso, em uma comparação entre as redes estadual e privada, já foi possível identificar que parte das escolas particulares oferece pelo menos dois ou três itinerários que con-

templam as áreas mais gerais, como Linguagens e Matemática.

No RS, em tese, na rede estadual, existe a perspectiva de implantação de 10 itinerários (Cidadania e Gênero, Educação Financeira, Empreendedorismo, Expressão Corporal, Expressão Cultural, Profissões, Relações Interpessoais, Saúde, Sustentabilidade e Tecnologia), e há orientação para que cada escola

ofereça pelo menos dois deles.

“Só que, pela legislação vigente, as escolas precisam oferecer apenas um itinerário. Por isso consideramos uma falácia apresentar a reforma como algo que vai proporcionar um ensino mais flexível, onde o aluno pode escolher.

O fato é que em municípios que possuem apenas uma escola estadual, esta escola vai oferecer um

itinerário e um segundo itinerário poderá ser ofertado em parceria com instituições privadas, o que também é complicado, porque essas instituições vão direcionar a formação para os seus interesses. Infelizmente, a maioria das escolas vai ter um, ou dois itinerários formativos, e os alunos vão precisar ficar restritos a essas possibilidades”, projeta a coordenadora.

Para entender melhor as mudanças

O Novo Ensino Médio começou a ser implementado nas escolas públicas e privadas de todo o país neste ano, de forma progressiva. Assim, passam, em 2022, a cumprir o novo currículo os estudantes dos 1º anos. Em 2023, os estudantes dos 1º e 2º anos. E, em 2024, os dos 1º, 2º e 3º, completando a implantação da mudança para todos. Alunos matriculados em 2022 nos 2º e 3º anos seguem o currículo antigo, o que também ocorrerá com os estudantes dos 3º anos em 2023.

O novo modelo foi estabelecido a partir da Medida Provisória (MP) 746, enviada ao Congresso Nacional pelo então presidente, Michel Temer (MDB), em setembro de 2016. Em cinco meses, a MP recebeu o aval do Legislativo e se converteu na Lei 13.415/2017, sancionada em fevereiro daquele ano, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). À época, a rapidez com a qual a reforma foi decidida e a falta de maiores debates, mesmo

que ela promovesse uma complexa mudança, foram alvo de movimentos e protestos de estudantes e entidades. O hiato de cinco anos entre a aprovação e sua implementação, de fato, acabou, entretanto, por desidratar os debates e as mobilizações.

A reforma altera o que os pesquisadores chamam de espinha dorsal do ensino médio: a organização curricular e a carga horária, promovendo uma descentralização. A carga horária foi aumentada de 800 para 1.000 horas/ano, ou seja, passou de 2.400 horas para 3.000 horas no total dos três anos. O acréscimo, porém, veio combinado com uma mudança profunda no currículo, o qual começou a ser dividido entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz os conhecimentos essenciais, dentro de uma grade obrigatória comum, e os chamados itinerários formativos, cujo foco são áreas de conhecimento, e dos quais fa-

zem parte agora a formação técnica e profissional direcionada ao mercado de trabalho. Conforme a legislação, os itinerários são compostos por conjuntos de disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho. A organização das áreas cabe a cada sistema de ensino. E pode haver integração de componentes curriculares da base comum com disciplinas das áreas de conhecimento.

A Formação Geral Básica ou currículo comum abrange, no estado, as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Literatura, Filosofia, Sociologia, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Artes e Educação Física. No caso de escolas particulares confessionais, também Ensino Religioso. Os itinerários formativos, por sua vez, são assuntos específicos de cinco áreas do conhecimento, entre as quais, em tese, o aluno poderá escolher. São elas: Matemáticas

e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além da chamada Formação Técnica e Profissional (FTP).

Na nova matriz, a Formação Geral Básica contempla 1.800 horas, e os itinerários formativos, 1.200 horas, totalizando 3.000 horas nos três anos (1.000 horas/ano). Antes da reforma, eram 800 horas por ano. Apesar do aumento de horas totais, a carga de disciplinas do currículo comum na soma dos três anos encolheu. No RS, apenas no 1º ano a Formação Geral Básica do Novo Ensino Médio ficou com carga horária de 800 horas, como no modelo antigo. Outras 200 são de itinerários formativos. No 2º ano, a Formação Geral Básica terá 600 horas. As outras 400 horas serão de itinerários formativos. E, no 3º ano, a carga da Formação Básica cai para 400 horas (a metade da anterior), ficando os itinerários com 600 horas.

Pode ser filho, esposa, irmão, mãe, sogra, vô...

O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em Porto Alegre para professores associados do Sinpro/RS e seus familiares.



Mais informações:

www.sinprors.org.br/casadoprofessor

Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

Espera de dois anos por cuidados na saúde mental e

por Flávio Ilha

Quando foi acolhido no Centro de Saúde Modelo, em Porto Alegre, no inverno de 2015, Dirceu Luiz Rohr Júnior nasceu de novo. “Eu não sabia nada. Só sei que precisava de ajuda. Muita ajuda”, lembra o técnico em serigrafia sobre a primeira vez que precisou dos serviços de saúde mental da prefeitura.

Desempregado, sem profissão, com sérios problemas de relacionamento familiar, Júnior deu entrada no sistema, por meio de uma unidade básica de saúde, com sinais de depressão. Graças à ajuda que recebeu, não precisou passar pelo calvário de uma internação em hospital psiquiátrico e, tampouco, aguardar em uma fila interminável para conseguir um atendimento especializado.

Mas isso foi há sete anos. Se fosse hoje, Dirceu, certamente, ainda estaria esperando uma consulta ou, pior, enfrentando “um ambiente que só produz mais sofrimento”, como ele classifica os hospitais psiquiátricos. Nada de acolhimento. Nada de atenção. Nada de cuidados em liberdade

Dados obtidos pela reportagem do *Extra Classe* expõem o caos que tomou conta do serviço de saúde mental de Porto Alegre nos últimos anos, com superlotação de emergências, esperas de dois anos para uma consulta e desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no atendimento de populações infantis e jovens.

O Plantão de Emergência em Saúde Mental (PESM) de adultos no Postão da Cruzeiro (PACS), zona sul de Porto Alegre, registrava uma lotação de 225% na terceira semana de fevereiro, segundo informações do registro diário de atendimentos da Secretaria Muni-

cipal de Saúde. Para um total de 14 leitos, havia então 27 pacientes. No último dia 21 de fevereiro, a situação se agravou: 34 pacientes estavam à espera de atendimento.

Na outra emergência psiquiátrica da cidade, no PESM do Iapi, na zona norte da capital gaúcha, o quadro era muito semelhante na mesma semana: lotação de 241%, com 29 pacientes para as 12 vagas existentes. Na média, combinando as demandas por leitos adultos e infantis, a rede pública de saúde mental apresentava um índice de ocupação de 152% em Porto Alegre, com 27 pacientes esperando vaga nos leitos das emergências.

Outro sintoma do caos: para ob-

ter uma consulta especializada nas unidades de atendimento básico da prefeitura, a fila no dia 15 de fevereiro chegava a 2.703 pacientes. Para os casos considerados como de baixa gravidade, o tempo médio de espera para uma consulta está em quase dois anos (538 dias).

“São números altíssimos, que revelam um descontrole total do sistema. Os tempos de espera são muito longos para as necessidades de quem demanda esse tipo de serviço”, avalia a vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Ana Paula de Lima. Os dados oficiais indicam que a primeira pessoa da fila da saúde mental na cidade está

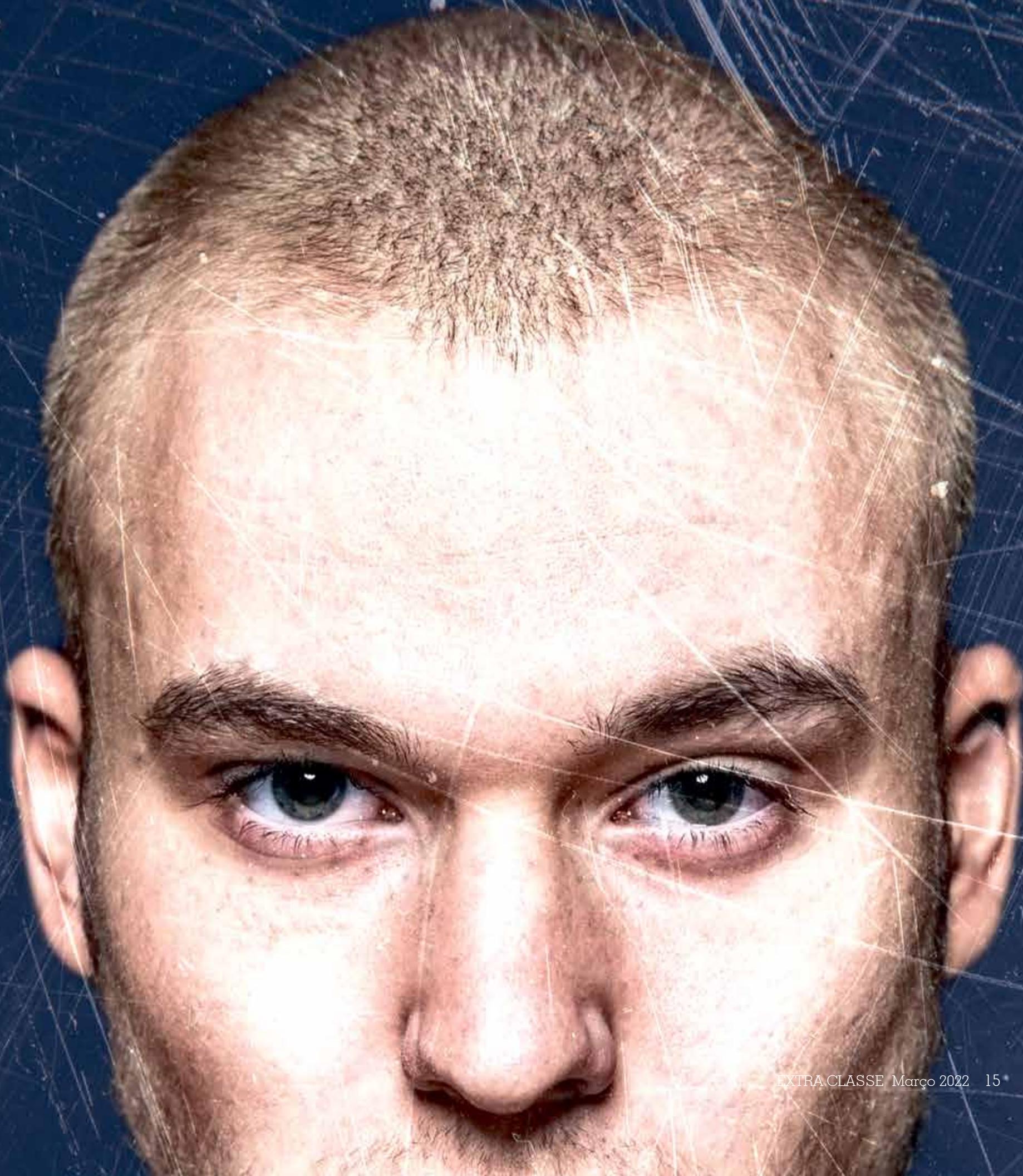
há pelo menos 24 meses aguardando uma consulta.

No caso de atendimento infantojuvenil, que envolve crianças e adolescentes, a situação é ainda mais grave – mesmo que a demanda seja menor. Isso porque existem apenas três Centros de Atendimento Psicossocial (Caps) em Porto Alegre para atender a esse público.

Dos 15 Caps da capital, 11 não são administrados pela prefeitura. Conforme Lima, é uma estrutura insuficiente para dar conta das necessidades da população. “Sem dúvida, é um cenário bastante crítico”, diz a especialista. “Não temos ideia da demanda escondida, que não está nos dados oficiais”, completa.

or consulta expõe em Porto Alegre

Arte: Fabio Ecy Alves sobre foto de Unsplash



Em 2019, Conselho já apontava situação de calamidade

Em 2019, o Conselho Municipal de Saúde já havia alertado para a situação de “calamidade” dos serviços de emergência em saúde mental de Porto Alegre,

provocada pelo contínuo desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) vinculada ao SUS. “A Rede vem sofrendo precarização e desmontes há muitos anos. Po-

rém, no atual governo (2019) da prefeitura, isso se acentuou vertiginosamente. Exemplos são o fechamento dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e a de-

morada fila virtual de atendimento criada a partir da implantação do sistema Gercon”, denunciou o órgão por meio de uma nota pública.

PEC 95 tirou os recursos e sabotou reforma psiquiátrica

De lá para cá, a situação só se agravou. A precarização do serviço de saúde mental na capital dos gaúchos tem relação direta com a Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos, a partir de 2017, os gastos sociais da União. A emenda impactou todo o serviço de saúde oferecido pelo SUS, mas, notadamente, as demandas psiquiátricas porque são as mais invisíveis em relação a outras modalidades de atendimento.

Integrante do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, o qual congrega diversas entidades comprometidas com a luta antimanicomial, Francisca Jesus acredita que só a

revogação imediata da Emenda Constitucional 95 pode atenuar os efeitos danosos da contenção de verbas sobre a RAPS, que transformaram a lei da reforma psiquiátrica, de 2001, em um “puxadinho”, sem condições de oferecer abrigo e segurança a quem precisa.

É como se uma criança tivesse de usar, pelos 20 anos seguintes, a mesma roupa para se vestir. Não tem como dar certo. “É necessário investir muito mais na Rede para que possamos reorganizar as premissas da lei da reforma psiquiátrica, que está sendo paulatinamente desmontada. Estamos em ano de eleição. É hora de exigir comprome-

timento dos candidatos em relação a isso”, argumenta a especialista em direitos humanos. O impacto maior do desmonte, segundo ela, é sobre as populações mais pobres, especialmente pessoas negras.

A Lei 12.216/2001, da reforma psiquiátrica, reorganizou o atendimento em saúde mental no país e estabeleceu uma cobertura de base territorial e comunitária como rede articulada de cuidados. Na prática, esse atendimento tem como objetivo garantir que o modelo de internação em unidades psiquiátricas – os hospícios ou manicômios – só seja utilizado após se esgotarem todos os outros recursos possíveis de abordagem.

Foi o que salvou o serigrafo Dirceu Júnior. Como foi acolhido em uma unidade básica e encaminhado para uma oficina de trabalho e geração de renda para grupos de saúde mental, Dirceu não precisou buscar um serviço de emergência, que quase terminou em internação. O GerAção POA existe há 25 anos e oferece cursos e capacitação profissional – foi lá que ele aprendeu o ofício e é lá que ministra oficinas para outros usuários do sistema.

“Era uma referência para a cidade”, diz Dirceu sobre o serviço

de capacitação. Mas as mudanças de orientação política por parte de governos comprometidos com as privatizações, além dos efeitos da Emenda 95, acabaram relegando o GerAção POA a segundo plano. “O número de servidores foi reduzido pela metade. Hoje, são pouco mais de 100 usuários”, lamenta.

Outro exemplo de ataque à reforma psiquiátrica é a mudança na forma de atendimento primário da RAPS, que, em 2019, passou a fazer parte do Gercon (gerenciamento de consultas) da Secretaria Municipal de Saúde. O sistema coloca todos os casos em uma mesma fila, o que, para a saúde mental, se mostrou desastroso.

“Essa mudança na forma de acesso ao serviço de saúde mental foi muito significativa e impactou negativamente, na nossa avaliação, o ingresso dos usuários no sistema. Antes, a regulação era feita pelas próprias equipes especializadas, com análise de cada caso a partir de uma base territorial. Agora, a avaliação é feita por reguladores vinculados a uma central de atendimento a partir de uma matriz meramente biomédica”, explica a vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde.



Foto: Igor Sperotto

Dirceu Júnior foi acolhido em uma unidade básica e encaminhado para uma oficina de trabalho e geração de renda

Em plena pandemia, orçamento da saúde mental diminuiu

Esses fatos, entretanto, estão longe de serem os maiores problemas do setor. Em 2022, Porto Alegre reduziu os recursos próprios destinados à saúde mental em mais de R\$ 1 milhão, passando de um orçamento de R\$ 44,1 milhões em 2021 para R\$ 43 milhões este ano – há ainda R\$ 2,2 milhões em aquisição de materiais e equipamentos que dependem de empenho.

Em relação ao orçamento total da saúde no município, os recursos para a saúde mental também fo-

ram reduzidos. Passaram de 2,21% da despesa total da saúde em 2021 para 2% em 2022. A despesa com pessoal também caiu no setor: de R\$ 1,99 milhão no ano passado para R\$ 1,26 milhão neste ano.

O que está por trás desses números é a constante “contratualização” dos serviços de saúde em Porto Alegre – e não só da saúde mental. Ou “empresariamento”, como prefere definir o Conselho Municipal de Saúde: das 131 unidades municipais de atenção bá-

sica, que são a porta de entrada do sistema, cerca de 80% já foram transferidas para terceiros.

Dos 15 Caps de Porto Alegre, especializados em atendimento sob gestão direta do município – outros seis foram repassados para entidades privadas sem fins lucrativos, e cinco são administrados pelo Grupo Hospitalar Conceição e pelo Hospital de Clínicas. Os contratos com as organizações sociais custam cerca de R\$ 1,6 mi-

lhão mensais para a prefeitura.

O processo de terceirização se iniciou em 2018 no governo de Nelson Marchezan (PSDB), que transferiu a administração de duas unidades de pronto atendimento (UPA) – Lomba do Pinheiro e Bom Jesus – a organizações sociais sem fins lucrativos.

O repasse anual da prefeitura para as UPAs, administradas pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), chegou a R\$ 46,8 milhões em 2020.

O Conselho Municipal de Saúde reprovou as contratualizações, porém a política continua sendo executada pelo sucessor de Marchezan, Sebastião Melo (MDB).

Na avaliação do Conselho, trata-se de um retrocesso na medida em que não há garantias quanto à qualificação dos profissionais que irão atuar pelas organizações sociais e tampouco em relação à continuidade do serviço, já que a estrutura está regida por contratos de duração determinada.

Os quatro serviços residenciais terapêuticos da cidade, além disso, estão terceirizados para a organização social Instituto Renascer, que,

em 2021, foi alvo de uma operação da Polícia Federal sobre um rombo de R\$ 10 milhões em contrato com a prefeitura. As casas recebem usuários crônicos oriundos de internações longas. Esses pacientes deveriam estar vinculados aos serviços de acompanhamento da RAPS, mas esse vínculo não é garantido no caso de serviços terceirizados.

A Secretaria Municipal de Saúde informou que a lotação nas duas emergências psiquiátricas de Porto Alegre e as filas para as consultas especializadas se devem ao aumento da demanda provocado pela pandemia de covid-19. "Muitos profissionais se-

Foto: Igor Sperotto



O GerAção POA existe há 25 anos e oferece cursos e capacitação profissional. Mas nem todos os pacientes têm condições de fazer atendimento online. Além disso, houve um aumento dos casos de saúde mental durante a pandemia. Casos prioritários, em geral, conseguem agendamento em 15 dias. Mas casos que não são urgentes podem levar até dois anos", confirmou a coordenadora de saúde mental da Secretaria, Cristiane Stracke.

Conferência estadual buscará respeito à lei e aos direitos humanos



Em 2022, Porto Alegre reduziu os recursos próprios destinados à saúde mental em mais de R\$ 1 milhão

Defender os direitos humanos, a garantia à vida e à saúde mental é o objetivo da 4ª Conferência Estadual de Saúde Mental. Marcada para 8, 9 e 10 de abril deste ano, na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), em Porto Alegre, o evento será realizado com o tema *Política de saúde mental como direito: pela defesa do cuidado e liberdade rumo a avanços e garantias do serviço de atenção psicossocial no SUS*.

O encontro estadual será precedido de conferências municipais em pelo menos 67 cidades do estado. Na capital gaúcha, a conferência municipal irá ocorrer entre 31 de março e 2 de abril de forma virtual. "Um dos princípios básicos

do SUS é a participação da comunidade na definição de políticas públicas", lembra Claudio Augustin, presidente do Conselho Estadual de Saúde.

As conferências municipais deverão propor alternativas para as políticas públicas e escolher delegados para o encontro estadual. Em novembro, a Conferência nacional deverá consolidar todas as propostas deliberadas em nível estadual para oferecer as diretrizes ao novo governo, que já estará eleito.

"Temos uma lei estadual muito boa, uma lei federal na mesma linha da estadual, mas a cada ano há novas tentativas de mudança para pior da legislação", explica Augustin.

PRECISOU DO SINPRO/RS? TÁ NA MÃO! BAIXE O APLICATIVO








A atualidade da luta do discurso

O Brasil segue submetido a uma aliança liberal conservadora retrógrada, sustentada principalmente pelo setor financeiro, pelo agronegócio e pelo extrativismo predatório

Ilustração: Fabio Edy Alves sobre imagens de FreePik



Fredric Jameson, crítico literário, teórico marxista e pesquisador das lógicas que animam (ou desanimam) a cultura contemporânea, publicou em 1991 o livro *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism* ("Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio"). Nesta obra, entre outras coisas, ele critica o relativismo epistêmico e cultural, resultante de algumas visões batizadas de "pós-modernas", e fala da colonização da esfera cultural e do pensamento de um modo mais amplo por um novo capitalismo corporativista organizado. Diante deste cenário, na época marcado pela ascensão dos discursos pró-globalização, Jameson defende a necessidade de empreender uma luta do discurso para ressignificar antigas palavras, adaptando-as aos novos tempos.

Em uma entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*, em maio de 2000, Jameson definiu assim a agenda dessa "luta do discurso":

"Para se ter uma visão da sociedade é preciso haver uma identificação das forças implicadas. As antigas palavras para isso, como luta de classes, polarização,

nacionalização, etc., ainda são verdadeiras. Ainda há divisão de classes sociais e assim por diante. O que talvez tenhamos que pensar é numa nova forma de dizer isso. Para mobilizar as pessoas, elas precisam identificar as forças que as estão oprimindo (...) Não é suficiente dizer a verdade às pessoas, mas achar maneiras de apresentá-la de forma excitante, de forma a animar as pessoas".

E acrescenta:

"As pessoas perguntam se vamos desistir de noções clássicas como luta de classes e outras. Não se trata de desistir, mas sim de ser capaz de projetar esses conceitos de uma outra forma e mostrar que essas lutas existem desde o início do capitalismo. Temos de encontrar termos contemporâneos para mostrar à sociedade o que está acontecendo. Isso é o que chamo de luta do discurso".

Passaram-se mais de 30 anos, a globalização neoliberal "saiu de moda" e, principalmente, após a eclosão da epidemia de covid-19, o papel do Estado como espaço regulador da economia, da segurança sanitária e da sociedade voltou com força nos países apon-

tados como os mais desenvolvidos do planeta. Já o Brasil segue submetido a uma aliança liberal conservadora retrógrada, sustentada principalmente pelo setor financeiro, pelo agronegócio e pelo extrativismo predatório, que não só sustentam Bolsonaro no poder, como se locupletam com ele, "passando a boiada" sobre o meio ambiente, sobre os povos indígenas, comunidades tradicionais, populações de periferia e todo mundo que vive do seu próprio trabalho (os que ainda têm trabalho).

Há uma expressão que fincou raízes nos meios de comunicação e nas diferentes plataformas das chamadas redes sociais, gerando alguns milhões de reais de riqueza para essas empresas midiáticas, que aponta, na minha opinião, para a atualidade do diagnóstico feito por Jameson em 1991: "O agro é pop". As peças de propaganda com esse slogan inundam os meios de comunicação dia e noite, das mais variadas formas. Os mesmos meios de comunicação produzem reportagens sobre o desmatamento criminoso da Amazônia e de outras áreas verdes do país, sobre o avanço

da mineração, da pecuária e da monocultura de soja sobre áreas de preservação ambiental e territórios indígenas. Nos intervalos, "o agro é pop". E essas coisas são apresentadas como absolutamente dissociadas.

"O agro é pop" é apenas um exemplo. Há muitos outros. Há uma impregnação profunda na sociedade de ideias que, na verdade, não são ideias, mas dissociação de ideias, alienação, fragmentos de realidade vendidos como totalidades que escondem uma lógica de destruição da vida, dos bens comuns. Nós, aqui no Rio Grande do Sul, vivemos uma situação ainda mais agravada, na medida em que o governo do estado e a prefeitura da capital estão na mão de representantes dessa aliança conservadora retrógrada e obscurantista, por mais que aqui ela possa parecer mais "civilizada". Então, entre as várias lutas que esse cenário demanda, a luta do discurso proposta por Jameson parece ser uma das prioritárias. Para conectar o que está separado, para expor o que está escondido em mil camadas de propaganda.

Assembleias abrem campanha de negociação coletiva da educação básica e superior

Reajuste salarial e excesso de trabalho são os principais assuntos nas pautas dos professores do ensino privado gaúcho

por Douglas Schutz

Início do ano letivo já dentro da sistemática híbrida (presencial e virtual) e seu impacto no trabalho dos professores, contínua apreensão com a pandemia e crise política e econômica que assola o país. É nesse cenário complexo, e com uma inflação anual em torno de 10%, que acontecerá a campanha salarial dos professores que atuam na educação básica e na educação superior do ensino privado gaúcho a partir deste mês de março.

As pautas de reivindicações dos dois níveis de ensino serão definidas pelos professores nas respectivas assembleias, a serem realizadas no dia 5 de março – às 10h, da educação superior; e às 14h, da educação básica.

Entre as principais questões já levantadas pelos segmentos da categoria, estão o reajuste salarial, a empregabilidade e melhores condições de trabalho diante de uma crescente demanda que ultrapassa muito a presencialidade e a carga horária efetivamente contratada.

As negociações coletivas da educação básica e superior com as representações dos respecti-

vos segmentos – Sinepe/RS e Sindiman/RS (comunitárias) – serão iniciadas na primeira quinzena de março. Das negociações, deve resultar a renovação de quatro convenções coletivas de trabalho – duas delas específicas para os professores que atuam nas instituições comunitárias de ensino.

EDUCAÇÃO SUPERIOR – “Existe um processo em curso de aviltamento das condições de trabalho dos professores”, destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, que acompanha especialmente esse nível de ensino. “Tem havido esvaziamento contratual, e os professores vêm perdendo continuamente carga horária contratada. A falta de alunos implica em redução de turmas e de disciplinas. A par disso, as instituições têm feito reformulações curriculares, todas voltadas para a diminuição da presença do professor e do custo para as instituições.”

Segundo Fuhr, o principal tópico que será levantado na Assembleia será, certamente, a reposição da inflação. “O segmento das universidades comunitárias não repôs a inflação de 2019, e a de 2020 foi parcelada de forma muito extensa

(até agosto de 2022). E, agora, em 2022, teremos que negociar uma inflação superior a 10% referente a 2021”, contextualiza Fuhr.

O dirigente sindical observa que o Sinpro/RS sempre apresenta à mesa de negociação uma pauta que seja minimamente negociável. “Nós estamos desafiados a converter essa realidade em expectativas objetivas, que possam, de fato, estabelecer uma interlocução com o empregador e contemplar os professores. Não adianta apresentar reivindicações que não abrem diálogos com as representações patronais.”

EDUCAÇÃO BÁSICA – Um dos principais pontos para a negociação coletiva da educação básica de 2022 também é o reajuste salarial. O pedido se refere à reposição integral da inflação, pelo INPC, do período que contempla março de 2021 até fevereiro deste ano.

O excesso de trabalho dos professores, agravado pela pandemia, e que continuou com a retomada do ensino presencial, segundo Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, assim como o aumento de demandas de estudantes, pais e instituições de ensino aos pro-

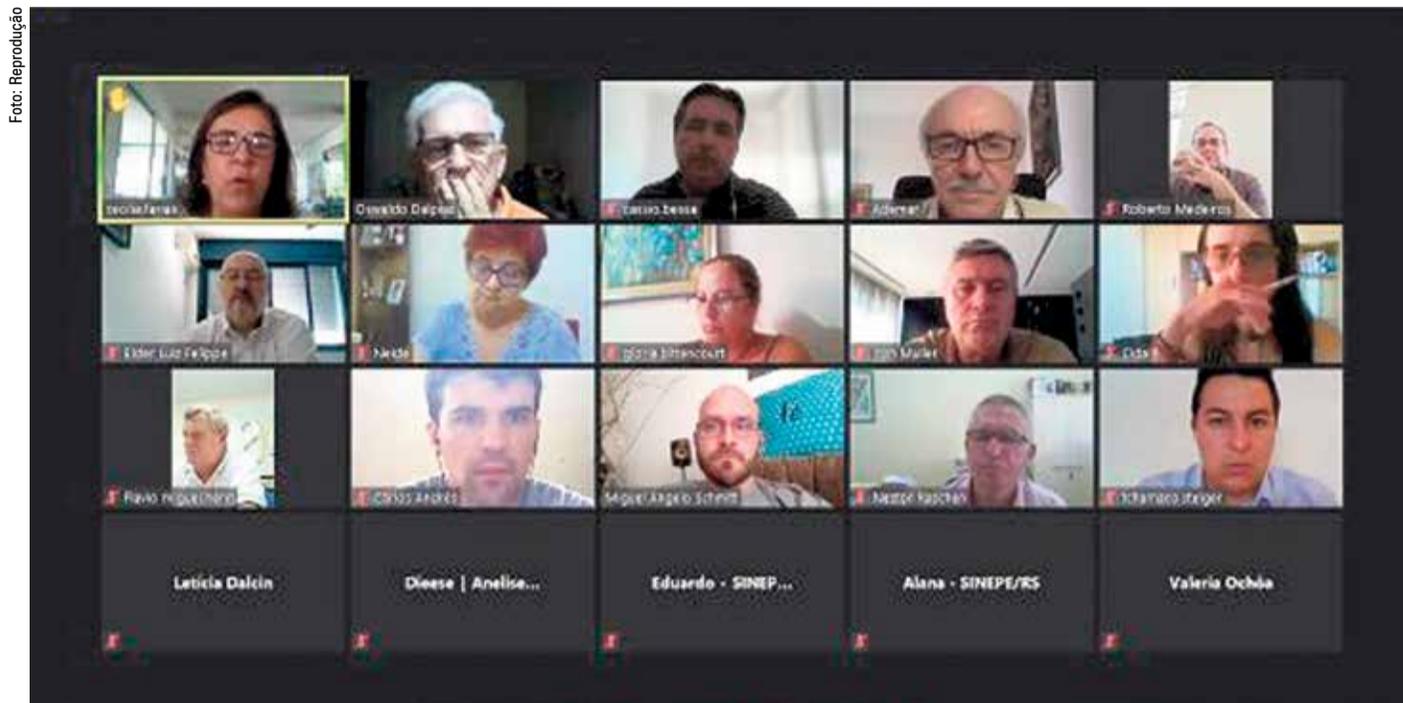
fessores via WhatsApp e e-mail serão tratados nas negociações.

Outro aspecto, destaca ela, será a quantidade de instrumentos de avaliação para atender às especificidades dos alunos, pois é mais um ponto de acréscimo ao trabalho do professor, que acaba ficando sobrecarregado. “Há necessidade de um profissional no apoio aos professores nesta tarefa”, afirma.

A dupla escrituração, ainda que proibida nas convenções coletiva, também será enfatizada na reunião com o Sinepe e o Sindiman, em função de recorrentes relatos dos professores de descumprimentos pelas instituições de ensino.

“O Sindicato irá com determinação para as reuniões de negociação”, afirma Cecília. “Entendemos que, assim como um salário justo, é necessário que a escola limite esse trabalho do professor, que está excessivo. Os professores estão assoberbados, já pelas inúmeras tarefas solicitadas pelas escolas neste início de ano letivo.”

(Com edição e colaboração de Valéria Ochôa)



Em 2021, as negociações ocorreram de forma virtual e se estenderam até o final de maio

Assistência do Sinpro/RS nas rescisões contratuais é obrigatória, alerta Sindicato

por Gilson Camargo

O Sindicato dos Professores está alertando as instituições de ensino e os professores sobre a obrigatoriedade da assistência da entidade na homologação das rescisões dos contratos de trabalho. "Todas as Convenções e Acordos coletivos assinados com as representações sindicais asseguram esta assistência do Sinpro/RS", destaca Cecília Farias, diretora do Sindicato.

O alerta se dá justamente no período em que ocorre o maior número de rescisões contratuais, a transição do ano letivo.

De 1º de janeiro a 23 de fevereiro, o Sinpro/RS já havia homologado 1.011 rescisões de contratos de trabalho de professores de todos os níveis. Desse total, 594 são demissões feitas pelas instituições – 130 na educação infantil exclusiva, 691 na educação básica e 190 na educação superior.

DISPENSAS – Cecília Farias diz

que chama a atenção o aumento dos relatos feitos pelos professores sobre a forma inadequada como boa parte das instituições encaminha a dispensa. Há casos em que as direções comunicaram e até demitiram por e-mail ou mensagens de aplicativos, de maneira muito fria e impessoal, ou motivada por questões alheias à docência.

"O momento da rescisão, que é também de escuta e assistência aos docentes por parte dos profissionais do Sinpro/RS, evidencia que não há preocupação dos dirigentes escolares em reconhecer a importância do trabalho realizado pelo professor ou pela professora que está sendo mandado embora", observa. "Isso provoca um esvaziamento de sentidos da docência, pois o professor se dá conta que todo o esforço e tempo de vida que ele dedicou ao projeto da escola não fazem diferença para a instituição."

EDUCAÇÃO BÁSICA – Das 691 rescisões realizadas, 417 foram por iniciativa do empregador. "Estamos acompanhando uma readequação das instituições de educação básica em função do novo ensino médio. Constatamos um enxugamento do quadro docente. A redução no número de professores está se dando por desligamentos ou devido à possível migração entre níveis de ensino nas escolas", esclarece Erlon Schüller, diretor do Sinpro/RS.

ASSÉDIO MORAL – Na educação infantil, professoras relataram que sofreram pressão ou foram alvos de assédio moral por parte de dirigentes da escola. "Uma estratégia adotada para induzir a docente a pedir demissão e minimizar as verbas rescisórias a serem pagas", explica Cecília. Os casos de assédio moral foram encaminhados ao Judiciário.

ACOLHIMENTO – O Sindicato



Foto: Igor Sperotto

tem um programa específico para acompanhar os professores no momento do seu desligamento, dando o suporte e o acolhimento necessários. O programa Vamos proporcionar desde um ambiente acolhedor e receptivo no local da rescisão até orientações sobre eventuais questões contratuais e trabalhistas detectadas no momento de conferência da documentação. O Vamos tem a parceria do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP).

Professor é demitido após criticar desperdício de água por latifundiários

Um comentário provocativo postado no perfil pessoal em uma rede social pelo professor Ronan Moura Franco, do Colégio Marista Sant'ana, de Uruguaiana, virou pretexto para uma campanha de ódio, difamação e ameaças protagonizada nas redes sociais por pessoas ligadas ao agronegócio, muitas delas alheias à comunidade escolar. A escola cedeu à pressão e demitiu o professor.

No início de janeiro, a população urbana do município, situado em uma das regiões mais castigadas pela seca no sul do país, era convocada, pelas redes sociais da prefei-

tura local, a racionar o consumo de água. O município é o maior produtor de arroz irrigado do estado. "A postagem que gerou os ataques e culminou na minha demissão foi no meu perfil pessoal do *Twitter* e dizia o seguinte: Bom dia, pobres. Já economizaram água hoje para um latifundiário poder irrigar sua lavoura de soja?", relata. A reação de setores conservadores foi imediata.

Parte dos ataques foi documentada pelos próprios agressores. "Recebi prints de grupos de *WhatsApp* ligados aos produtores, bem como de grupos de direita partidários do presidente Bolsonaro, em que os

ataques e a cobrança de uma 'atitude da escola' eram estimulados. Tive fotos do meu casamento com meu esposo compartilhadas, enfatizando que a escola era um espaço 'cristão e conservador', assim como recebi *prints* de grupos com postagens com o endereço da minha casa e ameaças de perseguição."

Ronan é formado em Licenciatura em Ciências da Natureza, tem especialização em Neurociência aplicada à Educação, mestrado em Ensino de Ciências e faz doutorado em Educação em Ciências. Leciona desde 2019 em Uruguaiana, onde é nomeado na rede municipal de en-

sino. Ele observa que foi demitido quando ainda estava em férias e, antes mesmo do reinício das atividades escolares, outro professor de Física já havia sido contratado.

Em nota, a Rede Marista afirmou apenas que "os motivos e as circunstâncias de desligamentos são sempre conduzidos, exclusivamente, com os educadores envolvidos". "A demissão do professor Ronan foi arbitrária e ideológica. Causa estranheza que esta escola, sendo confessional, tenha uma postura de desrespeito à livre manifestação, ainda mais em rede pessoal do professor", afirma Cecília Farias.



Em tempos de constrangimento aos professores, nos tornamos ainda mais necessários. Infelizmente!

O NAP é uma equipe multidisciplinar, formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogos, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.



Sinpro/RS quer 2 mil novos sócios em 2022

O Sindicato dos Professores lançou, no final de fevereiro, a campanha de Sindicalização 2022 com meta de associar mais de dois mil professores durante o ano. Com o slogan "Quanto mais você precisa, mais o Sinpro/RS aparece", a campanha evidencia a representatividade do Sinpro/RS para a categoria e o quanto o professor e a professora podem contar com o Sindicato, quer na defesa de seus interesses e na assistência às suas demandas trabalhistas, quer na oferta de serviços de qualidade na área da saúde.

"A livre adesão dos professores fortalece o Sindicato", ressalta o professor Erlon Schüler, diretor do Sinpro/RS. "É um Sindicato forte se expressa na renovação anual das Convenções Coletivas e dos Acordos Coletivos de Trabalho, patrimônio de direitos dos professores de todos os níveis de ensino."

Também se expressa, segundo ele, na assistência aos professores em todo o estado por meio da presença dos dirigentes sindicais nas instituições de ensino; da assessoria jurídica nas áreas trabalhista, cível, criminal e previdenciária; da oferta de planos de saúde conveniados, uma alternativa aos serviços oferecidos pelas instituições; do Sinpro/RS Vantagem, que garante descontos em mais de 700 estabelecimentos comerciais no Rio Grande do Sul; do Hotel Casa do Professor, entre outros.

Schüler destaca, também, a atuação do Sinpro/RS junto aos movimentos sindical e social e na defesa de uma educação de qualidade nas esferas municipal, estadual e nacional. "O Sindicato tem representantes, por exemplo, nos conselhos de educação de municípios e do estado", expõe.

Há mais de três décadas, o Sinpro/RS realiza anualmente campanhas de sindicalização, o que tem garantido a manutenção de mais de 55% da base sindicalizada. "Os professores percebem a importância da representação sindical na defesa de seus salários e nas condições de trabalho", conclui.

Sindicato pede agilidade na vacinação de crianças e adolescentes

O começo do ano letivo foi marcado também pela mobilização do Sindicato dos Professores junto ao governo estadual, às prefeituras, aos sindicatos patronais e às mantenedoras para que incentivem a vacinação de crianças e adolescentes contra a covid-19.

"Estamos entregando um documento para o governador do estado e para os prefeitos da capital e demais municípios gaúchos. Além disso, a direção do Sindicato está pessoalmente entregando esse documento às direções. É importante que também as escolas façam essa campanha, que haja uma voz uníssona nessa necessidade de vacinação", explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

"É uma questão de saúde pública. Os índices de vacinação de crianças e adolescentes estavam abaixo dos 50% no início do ano letivo", observa Cássio Bessa, diretor do Sindicato. "A escola é um ambiente de aglomeração. É preciso manter todo o cuidado para reter as infecções."

Bessa ressalta que a vacina é eficaz, mas que o Sindicato não abre mão de cobrar, também, o uso de máscara, o respeito ao distanciamento, o uso do álcool em gel e a higienização dos locais.

Quanto mais você precisa,
MAIS O SINPRO/RS APARECE

ASSOCIE-SE!



Foto: Pexels

Março e suas datas importantes

Vamos "começar" o ano engajadas!

Dia Internacional da Mulher (08/03)

Reafirmar nosso compromisso com a manutenção das inúmeras conquistas e um alerta sobre os graves problemas de gênero que persistem em todo o mundo.

Dia Mundial de Combate ao Sedentarismo (10/03)

Data escolhida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com objetivo de chamar atenção sobre as graves consequências causadas pelo sedentarismo e incentivar a população para a prática da atividade física.

Unindo datas, dados e fatos

De acordo com o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 45,9% da população brasileira é sedentária.

Entre as mulheres, a inatividade física é ainda maior: duas em cada três não se exercitam (66,6%). Este sedentarismo tem influência direta no bem-estar e na qualidade de vida, além de elevar o risco de problemas cardiovasculares, obesidade, hipertensão, entre outros.

A boa notícia. O "remédio" está ao nosso alcance

A atividade física pode ser considerada a maior medida não medicamentosa que atua tanto na prevenção quanto no tratamento dessas condições.

Simple e fácil. Apenas mexa-se!

Inúmeros estudos demonstram que a atividade física está relacionada à prevenção do câncer de mama, tipo de neoplasia mais comum nas mulheres.

Outro benefício, ainda, relaciona a melhora da composição corporal com a redução do percentual de gordura.

Vamos ser objetivas. Quanto praticar?

O ideal: 150 min por semana de atividade aeróbica de intensidade moderada: caminhar 20 minutos por dia (7 dias) ou 75 min por semana com intensidade forte: correr 25 min/ 3x por semana.

Engaje-se e conte com a gente!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de yoga, pilates, treinamento funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop!

Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes. <http://somos.pacevida.com.br/sinpro/RS/>

E para quem reside em Porto Alegre:
MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada. Inscreva-se
<https://www.sinpro/RS.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/>



Aelbra tenta reverter decisão que suspendeu Recuperação Judicial

A Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra) apresentou ao Judiciário as contrarrazões ao agravo de instrumento que paralisou o processo de Recuperação Judicial da mantenedora do sistema Ulbra de Educação. No dia 24 de janeiro, o desembargador Nilton Carpes da Silva, da 6ª Câmara Cível do TJRS, atribuiu efeito suspensivo à homologação da Recuperação Judicial no recurso interposto pela União.

A sentença do TJRS define que o Plano de Recuperação Judicial,

analisado pela Assembleia Geral de Credores e que foi a base da sentença que concedeu a RJ, será implementado somente após a obtenção das certidões que comprovem a regularidade fiscal.

Na prática, a decisão suspende a RJ até que a Aelbra obtenha certidões, o que pressupõe o parcelamento das suas dívidas tributárias. A expectativa dos credores trabalhistas é de uma reversão da sentença, continuidade dos procedimentos para a venda da Ulbra no RS e a retomada do Plano de

Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia de Credores.

A assessoria jurídica da mantenedora apresentou as contrarrazões ao recurso, justificando que “a exigibilidade de apresentação de certidões negativas de débitos fiscais não pode ser obstáculo ao deferimento da recuperação judicial de uma empresa, mesmo após a regulamentação do parcelamento dos débitos fiscais pela lei nº 13.043/14”.

No documento em que contesta a exigência de certidões negativas, a Aelbra justifica que o pedi-

do de RJ foi apresentado antes de 13 de novembro de 2014: “... como não havia lei regulamentadora acerca do parcelamento especial na ocasião do ajuizamento da ação, a controvérsia deve ser decidida com base no princípio *tempus regit actum*, sem perder de vista o princípio da segurança jurídica”.

O termo em latim refere o princípio de que atos jurídicos devem ser regidos não pela lei em vigor atualmente, mas pela legislação aplicada no tempo da ocorrência dos fatos.

REDE METODISTA

Justiça suspende transferência da sede do IPA para o Banco Santander

O mais recente desdobramento da crise que envolve a Rede Metodista de Educação foi a decisão da juíza Valdete Severo, da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no dia 8 de fevereiro, quando aceitou o pedido de suspensão da transferência da sede do Centro Universitário Metodista (IPA), localizado na capital gaúcha, para o Banco Santander, um dos credores da instituição.

A investida do Santander é consequência imediata da recente extinção determinada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) do pedido de Recuperação Judicial (RJ) da Rede. Esse fato frustrou os gestores metodistas, que tinham a expectativa de suspender suas dívidas durante a vigência da RJ.

O Cartório de Registro de Imóveis, por sua vez, considerou conflitantes as duas ordens judiciais e suscitou um conflito de competências no TJRS, já que há duas decisões: uma que transfere o terreno ao banco e outra que anula a transferência. O incidente está ajuizado na Vara de Registros Públicos, aguardando definição.

A transferência de propriedade havia sido determinada pelo juízo da 8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo (SP), no dia 13 de dezembro passado, em função da decisão em garantia do bem pela gestão da Rede Metodista e posterior adjudicação judicial (transferência da propriedade) em favor do banco.

Em dezembro, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) já havia se manifestado como terceiro interessado, junto ao juízo cível contrariamente à adjudicação, o que não foi aceito. Na primeira semana de fevereiro, a Justiça emitiu a ordem para a transferência do bem ao Santander.

A decisão posterior da juíza do Trabalho atendeu a pedido de ex-professor da instituição que busca na Justiça, desde 2020, o pagamento de suas verbas rescisórias, estimadas em R\$ 350 mil.

PROCESSO – No processo, o advogado Henrique Stefanello Teixeira, credenciado pelo Sinpro/RS, destaca que o imóvel foi adjudicado no valor de R\$ 57,9 milhões, “quantia absolutamente insuficiente e in-



Foto: René Cabral/Arquivo Sinpro/RS

Sede do Centro Universitário Metodista (IPA)

ferior ao valor real do bem que, segundo proposta de compra e venda acessada pelo exequente e que se encontrava em fase de negociação antes da adjudicação, monta o valor de R\$ 236,9 milhões”, justifica.

NEGOCIAÇÕES – O Sinpro/RS tem mantido diversas tratativas com a Rede Metodista, ante a crise que vem ocorrendo nos últimos anos e que se agravou também nas quatro escolas de educação básica no estado: Porto Alegre, Uruguaiana, Santa Maria e Passo Fundo.

Um dos agravantes é a perda de alunos registrada.

“Nós devemos retomar no começo de março um ciclo de tratativas com os gestores, para negociar termos de flexibilização das condições contratuais dos professores das escolas. Todas estão em situação muito delicada, com perda de alunos. A ideia é flexibilizar para que se possa manter o funcionamento das escolas e manutenção dos postos de trabalho”, explica Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS está doando cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Confira detalhes em sinprors.org.br.



Chave PIX para doação: 51997337506





Retomando O Averso da Pele

“O Averso da Pele permite compreender como é ser negro no Brasil, de uma forma como poucas vezes se conseguiu fazer. Nesse particular, talvez não estejamos apenas diante de um ótimo romance, mas de uma obra de importância histórica”



Foto: Reprodução da arte de Alceu Chierozin Nunes / Cia das Letras / Divulgação

Desde o seu lançamento pela Companhia das Letras, em 2020, o livro *O Averso da Pele*, de Jeferson Tenório, já recebeu várias resenhas elogiosas, além do reconhecimento nos meios literários brasileiros, tendo sido o grande vencedor do Prêmio Jabuti de 2021. Por que, então, retomar essa obra? Bem, os motivos são vários, mas o mais importante deles é que o tema do livro constitui um dos desafios centrais da civilização brasileira e, nesse sentido, podemos e devemos voltar a ele muitas vezes, para que mais pessoas descubram a prosa contundente e terna de Tenório, para que mais leitores possam ter o mesmo impacto de olhar o mundo pela perspectiva daqueles que são permanentemente deslocados do direito e do reconhecimento.

O Averso da Pele permite compreender como é ser negro no Brasil, de uma forma como poucas vezes se conseguiu fazer. Nesse particular, talvez não estejamos apenas diante de um ótimo romance, mas de uma obra de importância histórica, notadamente se tivermos presente a realidade cultural do Rio Grande do Sul, em que as contribuições das culturas de matriz africana têm sido sistematicamente desconsideradas, quando não apagadas pelo discurso oficial.

O romance reconstitui a trajetória de uma família negra, até a morte de Henrique, professor uni-

versitário, em uma estúpida ação policial. Nesse percurso, além das dificuldades vividas pelos personagens, temos o desvendamento de diferentes manifestações do racismo em situações do cotidiano, desde passagens que mostram o preconceito na linguagem, até a violência aberta, o que nos oferece um espelho dolorido onde é impossível não nos vermos. Nós, os leitores brancos, estamos ali o tempo todo; em cada comentário racista que já presenciamos e calamos; em cada ausência de pessoas negras que não nos perturbou; em cada surpresa diante de uma pessoa negra ocupando uma posição de destaque; em cada sentimento de medo diante dos riscos reais ou imaginários nas ruas; em cada desconhecimento sobre ações afirmativas e em cada idiotice repetida sobre “racismo reverso” e outros mitos que transitam pelos labirintos da irreflexão.

O racismo, ao contrário do que se consolidou no senso comum, não pode ser compreendido como a expressão de ações ou valores assumidos por “pessoas racistas”. Muito além do mal que, eventualmente, pessoas racistas podem produzir, o racismo é uma estrutura da sociedade brasileira, tão operante quanto outras como a desigualdade social, por exemplo. No centro do racismo estrutural, há a noção de “outridade”, como utilizada por Grada Kilomba,

como materialização dos significados reprimidos da sociedade branca. Nesse processo, a pessoa negra é percebida como “a diferente”, como “a outra”, o que lhe assegura imediatamente o espaço da intrusa, como alguém “fora do lugar”. O negro/a negra são o outro da branquitude, sendo, na verdade, definidos por ela, porque as pessoas só se percebem negras quando nomeadas como tal, o que pressupõe relações sociais em que há o poder dessa designação. Chimamanda Ngozi Adichie, em *Americanah*, traduz essa noção pela protagonista do romance que só passou a se conceber como negra quando foi morar nos Estados Unidos. Antes disso, vivendo na Nigéria, era apenas uma pessoa como todas as demais. Nós, os brancos, não nos concebemos como brancos, porque vivemos em uma sociedade em que nossa cor nos assegura privilégios, e esse é um processo que dispensa pessoas racistas, porque se nutre de uma estrutura social racista.

Jeferson Tenório constrói seu enredo com uma linguagem cristalina, com a qual vai mostrando a saga de pessoas negras sempre em movimento e que, mesmo sendo parte do universo da inclusão social, como integrantes das classes médias, seguem expostas ao preconceito e às possibilidades trágicas da violência. O “avesso” diz respeito àquilo que o pai, Hen-

rique, possui de substancialmente humano e, por extensão, àquilo que todas as pessoas negras – no lado inverso das características racializadas – são como pessoas.

Além da história, como ocorre com as grandes obras, o texto de Tenório agrega um potencial reflexivo autônomo a partir de determinadas “janelas”. Assim, por exemplo, na página 85, o narrador assinala: “Quando uma pessoa branca nos elogia, nunca saberemos se aquilo é sincero, ou apenas uma espécie de piedade, ou para não se sentir culpada, ou mesmo para não ser acusada de racismo. Não sabemos avaliar nosso fracasso. Porque é tentador atribuir todas as nossas fraquezas e nossas falhas ao racismo”. Para, logo adiante, concluir: “E essa é a perversidade do racismo. Porque ele simplesmente te impede de visitar os próprios infernos”. Há outros momentos luminosos como esse, em que a história respira para que o autor possa trançar suas próprias ferramentas teóricas.

No momento em que o Brasil testemunha a reiteração da brutalidade racial e a naturalização do assassinato de corpos negros e indígenas, resultados cada vez mais decorrentes de uma necropolítica, o livro de Tenório adquire um significado ainda maior, como arte transformadora, expressão do casamento da beleza com a promessa emancipatória.

Dalcolmo e a voz da ciência na pandemia

por Marcelo Menna Barreto

Ela vem se projetando como uma das principais vozes da comunidade científica brasileira contra o negacionismo que potencializou a crise sanitária no país. Trata-se da médica Margareth Dalcolmo, que lançou recentemente o livro *Um tempo para não esquecer – A visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde* (Editora Bazar do Tempo).

Em menos de um mês de lançamento, a primeira tiragem já havia se esgotado nas livrarias. Com nova

impressão, o livro já voltou a ficar à disposição do público para comercialização desde o final de janeiro, segundo informações da editora.

Pneumologista e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Margareth Dalcolmo foi reconduzida em fevereiro para um novo mandato de quatro anos no grupo de peritos responsáveis pela aprovação de medicamentos essenciais da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Única cientista latino-americana no *Expert Group for Essential*

Medicines List, que tem um processo de seleção muito rigoroso para evitar conflitos de interesses com a grande indústria farmacêutica – as tais *Big Pharma* na boca dos negacionistas “mais ilustrados”, a doutora Margareth passava sem chamar muito a atenção do grande público até 2020.

Não foi à toa que, antes de completar um ano da pandemia, o escritor Zuenir Ventura, em sua coluna no jornal *O Globo*, escreveu: “Vocês já repararam que se fala mais em Margareth Dalcolmo

do que de Neymar?”. E ainda era fevereiro de 2020.

O *status* de ser uma médica discreta para os olhos leigos se modificou, como tantos outros, pela forte penetração do ambiente digital. Ao voltar de uma reunião no Ministério da Saúde com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, em Brasília, Margareth dividiu, no dia 15 de março de 2020, informações sobre as diretrizes de combate à pandemia em uma *live* do site pneumoimagem.com.br.

Audiência de *pop star*

Em um só dia, Margareth Dalcolmo obteve um milhão e meio de visualizações. Para se ter uma ideia do volume, em se tratando de um ano que foi marcado por *lives* de artistas, a maior audiência no *YouTube* até então havia sido da cantora sertaneja Marília Mendonça, no dia 8 de abril, com 3,31

milhões de visualizações.

A diferença é que, ao contrário da artista, Margareth não estava fazendo um show, nem tinha milhões de fãs. Estava falando de ciência, um tema ainda considerado árido nos dias de hoje. Dalcolmo, neste caso, gosta de referir um exemplo histórico: “Depois da

peste do século 14, veio o Renascimento. Que sejamos capazes de um pequeno renascimento. Precisamos sair disso convencidos de que a ciência tem que servir para melhorar as relações humanas”.

Do site a ser convidada para dar entrevistas nas mais variadas rádios e TVs do país e até para a

agência internacional de notícias *France Press*, onde se comunicou em um francês perfeito, foi um pulo.

Margareth ainda passou a ser colega de Zuenir Ventura, em *O Globo*, menos de um mês após a pergunta retórica do escritor, assinando, ao lado de outros quatro articulistas, a coluna *A Hora da Ciência*.

Traquejo de comunicadora

O certo é que Margareth cada vez mais se notabiliza pelo traquejo como comunicadora. Diante do bate-cabeças promovido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na gestão da crise sanitária que acabou ceifando mais de 600 mil vidas, ela foi uma voz forte e determinada.

De forma muito didática e, por vezes, emocionada, Margareth defendeu a necessidade do uso das máscaras, do distanciamento social e da vacinação. Os discursos a favor da cloroquina ou contra a vacina também não escaparam. Ela os denunciou como “absurdos” e “inaptos”.

“As forças obscurantistas fazem um mal enorme à população brasileira. Eu me sinto muito estimulada a repetir mil vezes as mesmas informações e o farei até cair.” Foi o que ela disse ao correspondente da *France Press no Brasil*, com objetivo de explicar aos franceses como as atitudes negacionistas de Bolsonaro dividiram o país, em um momento que deveria ser de união diante da situação de calamidade.

Dalcolmo é doutora em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); pesquisadora da Fiocruz; integrante da Comissão Científica da Sociedade

de Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) – entidade que a elegeu presidente para o biênio 2022-2024; integrante também das comissões científicas da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e da Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose (Rede-TB).

Além de integrar os quadros da OMS, a cientista está presente no comitê diretor do grupo chamado Resist TB, o qual realiza estudos sobre a tuberculose na Boston Medical School e no comitê consultor do Banco Mundial para projetos de saúde na África Subsaariana em doenças respiratórias.



Vacina no braço

Professora da pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Margareth já publicou mais de cem artigos científicos dentro e fora do Brasil.

Apesar do vasto currículo, sendo pesquisadora principal de ensaios clínicos para o tratamento da tuberculose e, em especial, de

vacinas e tratamentos para covid-19, Margareth não foi elegível para a *Ordem Nacional do Mérito Científico*, concedida por Bolsonaro a si mesmo e a ministros do seu governo no final de 2021.

Por outro lado, em um ato de reconhecimento, ela foi a primeira brasileira a receber no braço o imunizante da AstraZeneca, co-

produzida pela Fiocruz, fato que a proeminente pesquisadora da instituição deixa claro ter ficado muito orgulhosa.

Com efeito, a vacina foi um prêmio para a médica que, durante seu trabalho incansável, chegou a contrair o coronavírus. A covid-19 sobrecarregou ainda mais ela que, na sua especialidade, tam-

bém trata de pacientes com bronquite, asma e câncer.

Seus dias normais de expediente começam às sete da manhã, com consultas de pacientes que vão até às 21 horas, entre idas à Fiocruz e a hospitais.

“Até nos fins de semana, em casa, eu trabalho. Eu tenho de ler muitos artigos científicos”, conta a doutora.

Amor à literatura

Mesmo assim, Margareth dá um jeito de encontrar tempo para a literatura: “Meu segundo amor, depois da medicina”. Literatura, aliás, que ela conhece bem de perto.

Viúva do recém-falecido integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL) Cândido Mendes de Almeida (1928-2022), Margareth integrou círculos de amizade que incluíram José Saramago (1922-2010) e Edgar Morin, além, obviamente, de vários imortais da ABL.

Porém, engana-se, no entanto, quem pensa que essa paixão iniciou ao lado do marido. “Eu sempre li muito desde cedo. Eu, digamos, fui uma criança precoce. Lia muito, muito, muito. E a minha formação, embora seja médica, não veio das exatas, veio das humanas. A minha família tem tradição jurídica, pais advogados, tias juízas, promotoras”, lembra.

Quando criança, continua Margareth, “dizia que eu iria ser diplo-

mata”. Só que, na proximidade de fazer o vestibular, ela teve o que chama de uma crise interna de consciência no final da adolescência. “Decidi: eu não quero mais ser diplomata, quero ser médica.”

A decisão teve influência justamente da leitura de *A montanha mágica*, de Thomas Mann, que transcorre em um sanatório para tuberculosos nos Alpes Suíços, e que impulsionou a jovem Margareth rumo à pneumologia. “Pandemia é um tema literário e médico que sempre me interessou”, afirma.

Extra Classe – O que os leitores vão encontrar no seu livro?

Margareth Dalcolmo – Os artigos publicados desde abril de 2020 no *O Globo*, sem os cortes e edições que foram necessários para caber na coluna do jornal. Eu tenho os originais. Então, eu editei os artigos na cronologia e os artigos montam toda a cronologia

desse processo pandêmico, desde o início até outubro de 2021.

EC – De onde surgiu a ideia dessa publicação?

Margareth – De muita gente que leu os artigos. Eu tenho amigos, pacientes, colegas, muita gente querida da Academia Brasileira de Letras, como a Nélida Piñon. Ela fez a orelha do livro. O prefácio foi do Domicio Proença Filho (*Nota da redação: quinto ocupante da Cadeira 28 da ABL*) e o pós-fácio do doutor José Camargo (*Nota da Redação: pioneiro no transplante de pulmão na América Latina*), um grande médico que é do Rio Grande do Sul; também escritor, que tem muitos livros publicados. Outro gaúcho que tem uma tradição literária bem grande.

EC – Quem não acompanhou sua coluna em *O Globo* pode ter algo muito técnico?

Margareth – Não. E o livro não é só factual; não sou jornalista. Tem muitas incursões literárias. Eu tenho essa, digamos, bigamia entre a literatura e a medicina.

EC – E como foi essa mudança repentina que você teve de querer ser diplomata para cursar Medicina?

Margareth – Era um momento muito difícil no Brasil. Governo militar, muita pressão, muita perseguição; amigas minhas tendo problemas. Daí, se puder usar esse termo, eu sempre fui muito jeitosa nessa coisa de cuidar. Sabe aquela coisa que o Vinícius de Moraes dizia, ‘meu negócio é gente’? É mais ou menos isso, meu negócio sempre foi gente, embora eu nunca tenha sido muito expansiva, pelo contrário, eu era muito tímida, muito fechada. Não era uma criança esportiva. Eu nem sei andar de bicicleta, por exemplo.



FRAGA

Memorial da folia

Nem Sapucaí nem Porto Seco: o jeito foi curtir o carnaval no Areal da Baronesa, ali na Cidade Baixa. Nem precisei me deslocar, apenas reuei aos anos 50.

A gente morava quase dentro do maior e mais bonito coreto de bairro, aquele da Rua Miguel Teixeira (rua agora com parte amputada pela perimetral). Esse coreto tinha a estrutura semelhante à ponte de Londres: de noite fechavam a rua, de dia abriam, e ele permanecia montado. No centro ficavam os troncos do Rei Momo e suas princesas, nas laterais os serviços de alto-falante e os jurados.

No tríduo momesco, o nosso grande quintal, na esquina da Praia de Belas com a Miguel Teixeira (até hoje estão lá o mesmo muro, as mesmas árvores), vivava os bastidores do espetáculo. Lá iam aquecer o couro dos instrumentos, ajeitar as fantasias, fumar e beber. Mais de uma vez minha avó Florinda emprestou cabras para os desfiles humorísticos. Ela emprestava sem nem saber pra quem. E as cabras sempre foram devolvidas.

Nas cinco noites da grande fuzarca, o clima era inebriante: era Rodox e outros lança-perfume no ar. E as marchinhas só eram interrompidas nas apresentações dos blocos. Não sei se era eu o inocente, mas havia alguma inocência naquela festa. A rua da Margem, vulgo João Alfredo, também se enchia de atrações, com as barraquinhas onde confete, serpentina e gorros eram os gêneros de primeira necessidade que todo mundo ia comprar.

Nos meus 5 ou 6 anos, eu me espalhava até a Praça Garibaldi, encantado com

a zoeira. Minha avó me criou solto e no carnaval essa liberdade era ampliada. O que mais me fascinava eram as tribos, sobretudo os Caetés e os Bororós. Apesar da arte plumária só com plumas de avestruz, eram um sucesso, coisa única no carnaval brasileiro.

Em 1955 nos mudamos para a Vila Mato Sampaio, atual N. S. de Fátima. Perdi o carnaval da Miguel Teixeira mas ganhei o da Paineira, uma travessa da Protásio Alves. Lá fui conhecer outros arrebatamentos, as escolas de samba. Trevo de Ouro, Aí Vem a Marinha, Fidalgos e Aristocratas, Bambas da Orgia e a esplendorosa Praiana, que me conquistou para sempre.

Os carnavais de bairro levavam a festa a quem não podia ou não queria ir até a Borges de Medeiros. Além de Paineira, eu costumava frequentar o coreto da Vicente da Fontoura: na Paineira, carnaval de chão batido; na Vicente, carnaval no asfalto.

Bom, são apenas alguns apontamentos para a autobiografia que nunca escreverei. Pros netos saberem que já fui folião (três desfiles e um enredo na Praiana, além de uma vez na Imperadores e outra na Unidos de Vila Isabel, de Vião). Que acompanhei os carnavais da Borges, da João Pessoa, da Perimetral, até que escorraçaram a festa pro Porto Seco, um jeito lento de matar à míngua a principal manifestação popular.

Se deus quiser, meu cardiologista deixar e o corona não impedir, espero me soltar no carnaval de 2023. De ilusão também se vive.

Ilustração: Sica



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

A agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS HÍBRIDOS

Transmitidos pelo Youtube | 18h

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre) – com a participação de, no máximo, 20 pessoas por ordem de chegada. São obrigatórios o uso de máscara e a apresentação do passaporte vacinal; **virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no Youtube.



Foto: Eduardo Fin/Divulgação

12/3 – Laura
Dalmás e
Cristian
Sperandir



Foto: Elizabeth Thiel/Divulgação

26/3 – Ana
Matielo
apresenta
Rama: o
silêncio pede
milonga

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca

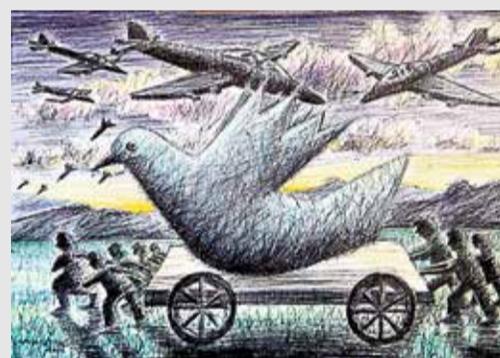


Foto: Zoravia Bettiol

Até 26/3, 10h – Inauguração da Seleção Ecarta Especial 250 Anos de Porto Alegre – Artista Homenageada: Zoravia Bettiol, com curadoria de André Venzon.

Visitação: De terça a domingo, das 10h às 18h, na sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). São obrigatórios o uso de máscara e a apresentação do passaporte vacinal.

CULTURA DOADORA

16/3, 19h – Painel virtual – O impacto do lúpus, do diabetes, da hipertensão e da obesidade na saúde renal e o transplante como tratamento, com a participação da médica Tatiana Michelon.

Local: Transmissão ao vivo pela página da Fundação Ecarta no Youtube.



O Homem Trocado

Houve uma troca de bebês no berçário e ele foi criado até os dez anos por um casal de orientais, que nunca entenderam o fato de terem um filho claro com olhos redondos

O homem acorda da anestesia e olha em volta. Ainda está na sala de recuperação. Há uma enfermeira do seu lado. Ele pergunta se foi tudo bem.

- Tudo perfeito - diz a enfermeira, sorrindo.
- Eu estava com medo desta operação...
- Por quê? Não havia risco nenhum.
- Comigo, sempre há risco. Minha vida tem sido uma série de enganos... E conta que os enganos começaram com seu nascimento.

Houve uma troca de bebês no berçário e ele foi criado até os dez anos por um casal de orientais, que nunca entenderam o fato de terem um filho claro com olhos redondos. Descoberto o erro, ele fora viver com seus verdadeiros pais. Ou com sua verdadeira mãe, pois o pai abandonara a mulher depois que esta não soubera explicar o nascimento de um bebê chinês.

- E o meu nome? Outro engano.
- Seu nome não é Lírio?
- Era para ser Lauro. Se enganaram no cartório e... Os enganos se sucediam.

Na escola, vivia recebendo castigo pelo que não fazia. Fizera o vesti-

bular com sucesso, mas não conseguira entrar na universidade. O computador se enganara, seu nome não apareceu na lista.

- Há anos que a minha conta do telefone vem com cifras incríveis. No mês passado tive que pagar mais de R\$ 3 mil.
- O senhor não faz chamadas interurbanas?
- Eu não tenho telefone!

Conhecera sua mulher por engano. Ela o confundira com outro. Não foram felizes.

- Por quê?
- Ela me enganava.

Fora preso por engano. Várias vezes. Recebia intimações para pagar dívidas que não fazia. Até tivera uma breve, louca alegria, quando ouvira o médico dizer: - O senhor está desenganado. Mas também fora um engano do médico. Não era tão grave assim. Uma simples apendicite.

- Se você diz que a operação foi bem...
- A enfermeira parou de sorrir.
- Apendicite? - perguntou, hesitante.
- É. A operação era para tirar o apêndice.
- Não era para trocar de sexo?



RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



negociação coletiva

reajuste salarial

direito ao descanso e à desconexão

pagamento de todo o trabalho realizado

manutenção dos direitos

Com as demandas da educação básica e da superior, vamos para mais uma negociação com os sindicatos patronais.

Acompanhe o andamento pelos canais de comunicação do Sinpro/RS, debata com os colegas nos locais de trabalho e vamos pressionar as instituições de ensino.

As transformações impostas pela pandemia somadas à pressão crescente a que estamos submetidos reforçam a importância da luta por mais valorização, mais respeito e...

+
**Dignidade
Profissional**

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão